

**Banco de Cabo Verde**

***RELATÓRIO DO CONSELHO DE***

***ADMINISTRAÇÃO***

***1998***

**BANCO DE CABO VERDE**

**RELATÓRIO  
DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO**

**GERÊNCIA  
DE  
1998**

***RELATÓRIO E CONTAS***



## **P A R T E I**

### ***A ECONOMIA CABOVERDIANA EM 1998***

Capítulo I – APRESENTAÇÃO.....	5
Capítulo II – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL....	7
Capítulo III – PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS.....	10
Capítulo IV – BALANÇA DE PAGAMENTOS E DÍVIDA EXTERNA.....	12
Capítulo V – FINANÇAS PÚBLICAS.....	18
Capítulo VI – SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL.....	21

## **P A R T E II**

### **RELATÓRIO E CONTAS**

Capítulo I - ORGÃOS DO BANCO.....	38
Capítulo II- ACTIVIDADES DO BANCO.....	39
Capítulo II - BALANÇO E CONTAS .....	45

## ***ÍNDICE***

### ***A ECONOMIA CABOVERDIANA EM 1998***

#### Capítulo I - APRESENTAÇÃO

#### Capítulo II - ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

#### Capítulo III - PREÇOS E MERCADO DO TRABALHO

- 1 - Preços
- 2 - Mercado de Trabalho

#### Capítulo IV - BALANÇA DE PAGAMENTOS E DÍVIDA EXTERNA

- 1. Balança de Pagamentos
  - 1. 1 - Introdução
  - 1. 2 - Balança de Transacções Correntes
  - 1. 3 - Balança de Capitais
- 2. Dívida Externa

#### Capítulo V - FINANÇAS PÚBLICAS

- 1 - Introdução
- 2 - Receitas públicas
- 3 - Despesas públicas
- 4 - Financiamento

#### Capítulo VI - SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

- 1 - Situação monetária
  - 1.1 - agregados monetários
  - 1.2 - agregados de crédito e outras contrapartidas de criação de moeda

- 2 - Política Cambial
- 3 - Mercado Financeiro

- 3.1 - Bilhetes do Tesouro
- 3.2 - Obrigações do Tesouro

- 4 - Actividades das Instituições Financeiras

- 4.1 - Sector Bancário
- 4.2 - Sector Segurador

## ***CAPÍTULO I***

### **APRESENTAÇÃO**

Em 1998, a evolução da economia cabo-verdiana foi consistente com os objectivos preconizados no quadro dos critérios de performance que visam dar corpo ao programa de estabilização e ajustamento macro-económicos firmados pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional, tendo em conta o processo de modernização e inserção de Cabo Verde no espaço económico mundial.

Nesta perspectiva, 1998 foi um ano particularmente marcado por um contexto mais global de reformas da economia em que o Acordo de Cooperação Cambial com Portugal e a convertibilidade da moeda cabo-verdiana (CVE) a ele associada, o Acordo de Stand By com o Fundo Monetário Internacional, bem como o plano de investimentos e reforma estruturais apoiados pelo Banco Mundial, constituíram os aspectos mais relevantes.

O Acordo de Cooperação Cambial assinado na capital cabo-verdiana entre os Governos da Praia e de Lisboa a 13 de Março de 1998 teve como objectivo fundamental apoiar Cabo Verde na criação de condições de suporte à convertibilidade do escudo cabo-verdiano. Tal Acordo implicou a alteração do regime cambial, originando o estabelecimento de uma paridade fixa entre a moeda cabo-verdiana e o escudo português (PTE), substituindo-se, assim, o sistema de indexação da taxa de câmbio do CVE a um cabaz de moedas que vinha sendo utilizado desde 1978. Deste modo, a moeda cabo-verdiana passou a estar ligada ao PTE desde o início do 2º semestre de 1998, ficando oficialmente cotada em 0,55 CVE por unidade do PTE.

Este novo contexto de funcionamento da economia cabo-verdiana foi acompanhado da liberalização das operações cambiais associadas a transacções correntes por forma a que sejam criadas condições para a aceitação das obrigações estatuídas no Artigo VIII dos Estatutos do FMI, no quadro do Acordo de Stand By.

Para a sustentabilidade dos objectivos inerentes aos Acordos atrás referidos e visando a criação de condições para o saneamento da dívida pública interna as autoridades

nacionais passaram a adoptar orientações macroeconómicas de estabilização, tendo por referência os critérios de convergência da União Europeia, nomeadamente taxas de inflação não superior a 3% e rácios défice orçamental e dívida pública em relação ao PIB de 3% e 60%, respectivamente. Assim, a partir de 1998, Cabo Verde obrigou-se a observar um conjunto de condições macroeconómicas traduzidas numa política orçamental de contenção das despesas e numa política monetária restritiva afim de garantir a estabilidade dos preços e o equilíbrio externo.

Tendo em conta este contexto, o Banco de Cabo Verde, enquanto garante da estabilidade monetária e do sistema financeiro, implementou um conjunto de medidas de política monetária, tendo sido ainda o controlo do crédito (controlo directo) o mecanismo de transmissão utilizado. Não obstante, esteve em análise o processo de implementação e utilização de novos instrumentos que possam influenciar a massa monetária através da variação da Base Monetária (controlo indirecto).

## ***CAPÍTULO II***

### **ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL**

O ano de 1998 foi profundamente marcado pela turbulência nos mercados financeiros, centrada na Ásia, com reflexos visíveis na economia internacional, atingindo particularmente a Rússia e o Brasil. Excepção feita para a **economia americana** cuja evolução se caracterizou pela robustez do crescimento do PIB real e pelas baixas taxas de desemprego e de inflação.

Na **União Europeia**, apesar do abrandamento do crescimento na produção industrial global, mais precisamente na área do euro, os dados disponíveis sugerem uma evolução diversificada entre as principais categorias do produto – por um lado, os bens intermédios com decréscimos sucessivos na taxa de crescimento, e por outro lado, os bens de equipamento e bens de consumo duradouro com taxas de crescimento a manterem-se inalteradas.

Assim, o ritmo da actividade económica é considerada, globalmente, por uma certa continuidade da expansão apesar do aumento de fraquezas e incertezas na conjuntura externa. Em termos globais, o PIB real terá aumentado 3% em 1998, superior em 0,5% relativamente ao ano transacto. Para esta evolução a procura interna contribuiu com um ritmo forte de crescimento, com o consumo privado a crescer cerca de 3%, uma taxa mais elevada desde o início da década.

Nos **EUA**, o crescimento económico alcançou um máximo de 6,1% no último trimestre de 1998, e, no conjunto do ano fixou-se em 3,9%. Paralelamente, o desemprego caiu para níveis mais baixos dos últimos quarenta anos – 4,3%. A taxa de inflação desceu novamente em 1998, situando-se 1.6%, em termos homólogos no mês de Dezembro, reflectindo essencialmente a queda dos preços dos produtos energéticos.

Não obstante a performance da economia americana, a combinação da procura externa bastante fraca com uma procura interna dinâmica levou à deterioração do défice comercial que, aliada ao agravamento dos rendimentos de capital, implicou um grande agravamento do défice da conta corrente, atingindo a cifra de 61 mil milhões de dólares no terceiro trimestre.

Como medidas de apoio ao crescimento económico e atenuadores de tensões no sistema financeiro o *Federal Reserve* baixou as taxas de juro (taxas dos *Federal funds*) de 5,5% em Setembro para 4,75% em Novembro. Por seu turno, o Orçamento federal registou um superavit de 0,8% do PIB em 1998 devido à boa colecta fiscal.

No **Japão**, a situação económica evoluiu negativamente em 1998, entrando em recessão, devido especialmente à fraca procura interna motivada pela redução da confiança dos consumidores. O desemprego atingiu os 4,3% em Dezembro de 1998, enquanto que ao longo do ano se registou um agravamento dos problemas do sector financeiro, deteriorando-se a solvabilidade de várias instituições financeiras. Entretanto, na parte final do ano, foram nacionalizados dois bancos vocacionados para a concessão de créditos a médio e longo prazo e o governo apresentou importantes planos de recapitalização bancária, os quais preconizaram injeções de capitais no valor global de 60 mil milhões de ienes, cerca de 12% do PIB. Afora isso o banco central do Japão voltou a baixar a taxa de juro *overnight* para cerca de 0,25%.

Nos outros países asiáticos, nomeadamente **Hong Kong, Coreia, Malásia e Tailândia** estima-se que o PIB tenha descido entre 5% e 8% ao longo de 1998, em virtude da acentuada queda da procura, não obstante fortes depreciações cambiais. Contudo, a inflação não atingiu os dois dígitos nessas economias. Já na **Indonésia** a recessão foi muito mais pronunciada, estimando-se uma redução em termos reais do PIB de cerca de 15%. Por seu turno, a **China** conseguiu dar a volta à crise verificada nos vizinhos, conseguindo obter um crescimento de cerca de 7% em 1998, ficando apenas a 1 ponto percentual do valor atingido em 1997.

Na **Rússia**, a desconfiança generalizada dos investidores, aliada à dificuldade do governo em controlar o défice orçamental e executar medidas orçamentais acordadas com o FMI, contribuíram para a continuidade da instabilidade macro-económica, com os mercados financeiros a entrarem em colapso.

Na **América Latina**, o investimento foi negativamente afectado pela subida das taxas de juro originado pela instável situação financeira global. Esse efeito foi particularmente grave para o Brasil onde o regime cambial de crawling peg ficou sob pressão enorme devido aos desacertos orçamentais e expectativas de fraco crescimento.

No **Continente Africano**, após alguns anos de estagnação, o crescimento económico passou de cerca de 1% em 1992-94 para cerca de 5% em 1995-98. Um forte crescimento tem sido observado num conjunto crescente de países e o PIB real por habitante tem começado a aumentar. O rendimento anual/habitante progrediu actualmente em 40 dos 47 países da região (África subsahariana). Ao mesmo tempo, a redução da inflação, de 47% em 1994 para cerca de 10% em 1998, e a compressão dos desequilíbrios internos e externos terão sido notas de progressos registados.

Os progressos verificados foram fruto de políticas macroeconómicas sãs, pois a conjuntura externa não foi favorável. Recorde-se que muitos produtos de base (petróleo incluído) baixaram de preço no mercado internacional; registou-se o efeito devastador do El Niño, bem como as consequências da crise financeira internacional, não se



ignorando, em relação a alguns países, a dramática situação económica e social motivada por conflitos armados.

### ***CAPÍTULO III***

## **PRODUÇÃO, PREÇOS E MERCADO DE TRABALHO**

### **1. PRODUÇÃO**

A economia cabo-verdiana é confrontada com condições naturais bastante adversas e forte dependência externa. Para fazer face a esta situação, as autoridades nacionais adoptaram a estratégia de desenvolvimento do país assente na modernização e internacionalização da economia, tendo como principal vector o sector privado.

A materialização desta estratégia vem passando por um conjunto de reformas económicas e financeiras, de que a liberalização dos preços e do comércio externo, o apoio à iniciativa privada, os incentivos ao Investimento Externo, a abertura do sistema financeiro, bem como o processo de privatização alargada do sector empresarial do Estado, são os principais aspectos.

Em resultado das reformas implementadas, a economia cabo-verdiana persegue um ciclo de evolução favorável nos últimos anos, estimando-se que o Produto Interno Bruto tenha registado uma taxa de crescimento de 5,6 por cento em 1998. Esta evolução terá resultado, fundamentalmente, do aumento da procura interna, reflectindo a aceleração dos investimentos públicos e reforço do clima de confiança do sector privado.

### **2. PREÇOS**

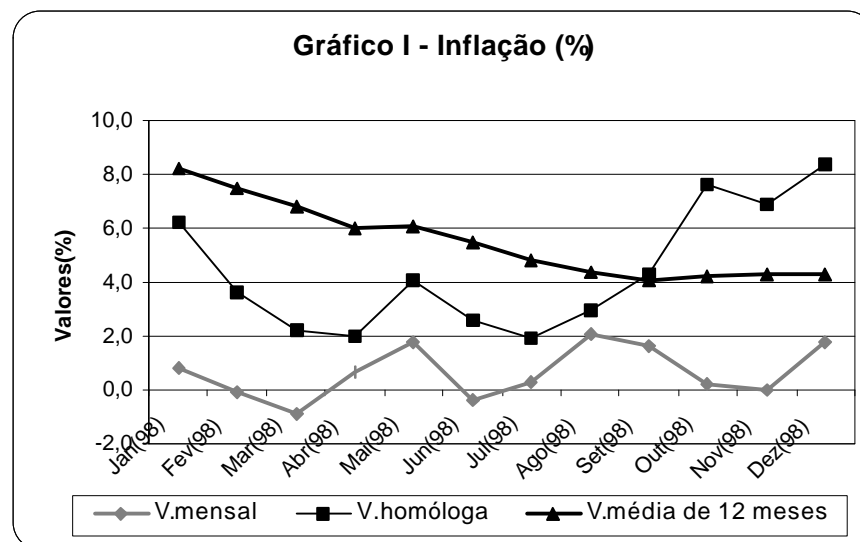
Durante o ano de 1998 o comportamento dos preços seguiu a tendência de abrandamento da cadência inflacionária verificada desde o último trimestre de 1997. Assim, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor (IPC) elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), registou-se uma queda da taxa média de crescimento dos preços face ao ano transacto em 4,2 p.p., fixando-se nos 4,4%, (8,6% verificada em 1997).

*Quadro I - Taxas de Variação do IPC por Zonas Geográficas*

Zonas Geográficas	V.mensal97	V.média97	V.Homóloga97	V.mensal98	V.média98	V.Homóloga98
-------------------	------------	-----------	--------------	------------	-----------	--------------

Praia	0,0	7,7	3,6	6,0	3,6	13,0
S. Vicente	2,5	4,1	6,7	0,4	3,7	3,8
Zonas Rurais	0,1	10,3	7,8	0,8	4,5	7,9
<b>Nacional</b>	<b>0,4</b>	<b>8,7</b>	<b>6,7</b>	<b>1,8</b>	<b>4,4</b>	<b>8,4</b>

Fonte: INE



Fonte: INE

Para esta evolução favorável, terá contribuído uma política orçamental de maior contenção e uma política monetária mais apertada. Outros factores como o princípio da transparência tendo por referência os preços formados através do mercado, a maior abertura dos mercados à concorrência, a apreciação real do escudo e a desaceleração do ritmo de crescimento dos preços de importação, terão contribuído também para atenuar a pressão inflacionista.

Por classes e, a nível **nacional**, esta desaceleração dos preços foi motivada pela redução dos preços gerais, sobretudo dos preços da “Alimentação e Bebidas” (4,3% contra 9,6% do ano transacto), da “Habitação, Equipamentos e materiais de uso doméstico” (2,1% contra 7,0%) e do “Vestuário e Calçado” (5,5% contra 9,9%) -

De realçar que, o ritmo oscilatório de crescimento dos preços dos bens alimentares deve-se, em grande medida, aos efeitos sazonais que o influenciam de forma directa ou indirecta, nomeadamente as condições climáticas e o aprovisionamento de produtos no último trimestre do ano, tendo em conta o período festivo.

### Taxas de Variação do IPC por Classes

Classes	Variação Média 97				Variação Média 98			
	Praia	S.Vicente	Zonas Rurais	Nacional	Praia	S.Vicente	Zonas Rurais	Nacional

Alimentação e Bebidas	7,0	0,7	12,7	9,6	3,6	5,1	4,3	4,3
Tabaco	18,6	-5,3	2,2	4,7	4,9	-3,9	-0,1	0,6
Vestuário e Calçado	8,2	24,3	6,3	9,9	4,6	-3,2	8,8	5,5
Hab., Equip.e Mat.uso dom.	11,7	7,1	5,1	7,0	3,4	2,3	1,5	2,1
Bens e Serv.diversos	4,6	4,4	6,7	5,9	2,4	4,8	4,6	4,2
<b>Total Geral</b>	<b>7,7</b>	<b>4,1</b>	<b>10,3</b>	<b>8,7</b>	<b>3,6</b>	<b>3,7</b>	<b>4,5</b>	<b>4,4</b>

Fonte: INE

A análise das variações dos preços *por classes e zonas geográficas*, revela que a desaceleração dos preços, **em termos médios**, foi mais forte nas **zonas rurais**.

A classe “*Alimentação e Bebidas*” teve, nas zonas rurais, uma maior incidência na variação anual do índice global, representando cerca de 2,8%, apesar da redução do ritmo de crescimento dos preços desta classe de produtos, seguida pelas classes “*Vestuário e Calçado*” e “*Bens e Serviços diversos*” com uma taxa de incidência de 0,88% e 0,71%, respectivamente.

A seguir vem a **Praia**, onde se registou uma desaceleração da taxa média de crescimento dos preços da ordem dos 4,1 p.p. face ao ano de 1997, passando de 7,7% para 3,6% em 1998. Esta desaceleração teve a ver, fundamentalmente, com a redução dos preços de todos os produtos, sobretudo do “*Tabaco*” em 13,7 p.p., da “*Habitação, Equipamentos e materiais de uso doméstico*” em 8,3 p.p. e do “*Vestuário e Calçado*” em 3,6 p.p.(Veja-se Quadro II).

A classe “*Alimentação e Bebidas*” teve, na Praia, uma maior incidência na variação anual do índice global, representando cerca de 2,2%, seguida pelas classes “*Habitação, Equipamentos e materiais de uso doméstico*” e “*Vestuário e Calçado*”, ambas com uma taxa de incidência de 0,65% e 0,40%, respectivamente (Veja-se Quadro III e Gráfico II). Em **S. Vicente** verificou-se, igualmente, uma desaceleração da taxa de crescimento médio dos preços da ordem dos 0,4 p.p. face ao ano transacto, fixando-se, em 1998, nos 3,7%. Contribuíram para esta desaceleração, a baixa dos preços de alguns produtos, nomeadamente do “*Vestuário e Calçado*” em 27,5 p.p. e da “*Habitação, Equipamentos e materiais de uso doméstico*” em 4,8 p.p .

A nível **nacional** constata-se, de uma maneira geral, que as classes “*Alimentação e Bebidas*” e “*Bens e Serviços diversos*” tiveram um maior peso na variação média anual do IPC, apesar de se ter verificado uma desaceleração dos preços da classe de produtos “*Alimentação e Bebidas*”.

Em **termos homólogos**, a inflação, medida pelo IPC, registou uma aceleração de 6,7% em Dezembro de 1997, para 8,4% no final de 1998. Esta evolução foi motivada, sobretudo, pelo aumento do nível geral dos preços na cidade da *Praia* em 9,4 p.p., seguida das *Zonas Rurais* em 0,1 p.p.

### 3. – MERCADO DO TRABALHO

De acordo com os dados divulgados pelo IEPF (Instituto de Emprego e Formação Profissional) resultantes do inquérito às Migrações e Emprego relativo ao ano de 1998, a **taxa média de desemprego** foi de 27,4%. Analisando os três últimos anos, verifica-se que houve uma redução progressiva da taxa de desemprego, pois, em 1996 a taxa média de desemprego foi de 30,4% e em 1998, caiu para 27,4%.

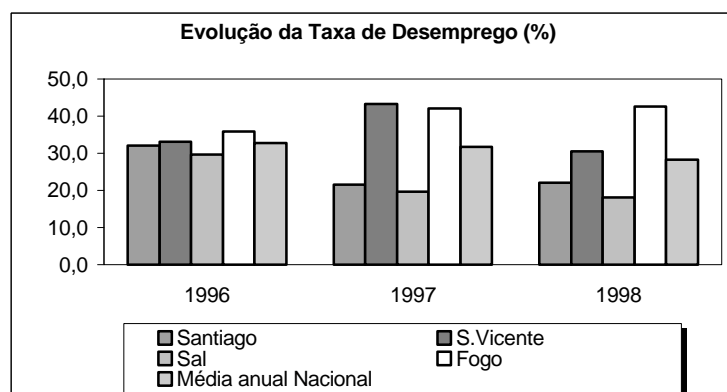


Gráfico1; Fonte: IEPF e arranjos BCV

Apesar dessa tendência de redução, a taxa de desemprego mantém-se ainda relativamente elevada, constituindo uma preocupação das autoridades que estabelecem como meta, situar essa taxa nos 23%.

O desemprego, encarado como problema estrutural da economia cabo-verdiana, é agravado ainda por factores exógenos, nomeadamente os sucessivos maus anos agrícolas e a aleatoriedade na recepção da chegadas da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Numa análise por ilha, a **evolução da taxa de desemprego** nos últimos três anos tem mostrado alguma oscilação (quadro1 e gráfico1).

Quadro 1 – Evolução da Taxa de Desemprego (%)			
	1996	1997	1998
Santiago	29,8	23,2	23,4
S. Vicente	28,9	40,7	28,2
Sal *	26,3	21,7	17,5
Fogo *	36,8	37,5	40,3
Nacional	30,4	30,8	27,3

Fonte- IEPF

\* O IEPF não elaborou inquéritos nessas ilhas no 1º trimestre de 1996.

No que diz respeito à *Ilha de Santiago*, verifica-se que de 1996 para 1998 houve uma redução significativa da taxa média de desemprego (de 29,8% para 23,4%).

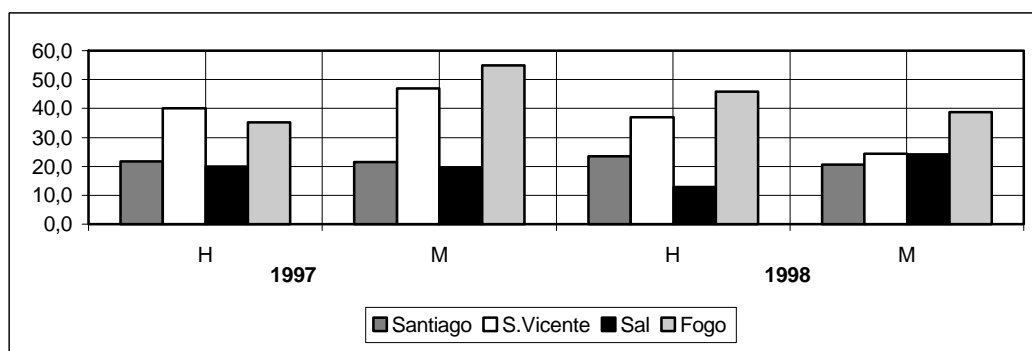
A *Ilha do Sal* continua a registar a taxa de desemprego mais baixa do país, 17,5% em 1998, a qual diminuiu em relação aos anos anteriores (29,6% em 1996 e 19,7% em 1997).

Ao contrário do Sal, a *Ilha do Fogo* apresenta a taxa de desemprego mais elevada do país (40,3%), tendência registada durante os três últimos anos apesar de no ano de 1998 se registar uma redução de 1,8 p.p. relativamente ao ano de 1997.

Em relação à *Ilha de S. Vicente*, nota-se que nos últimos três anos houve significativas oscilações, nomeadamente de 1996 para 1997 em que se registou um aumento de 10,2 p.p. e de 1997 para 1998 com um decréscimo de 15,1 p.p. na taxa de desemprego.

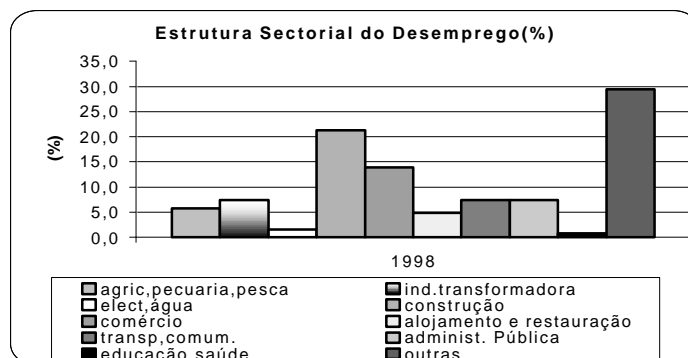
Numa análise por faixa etária, no ano de 1998, verifica-se que o desemprego continua a atingir, em particular, os jovens da faixa etária de 15- 24 anos, 43%.

A análise comparativa por sexo, evidencia que, enquanto em 1997 havia uma certa equidade na taxa de desemprego entre homens e mulheres nas Ilhas de Santiago e Sal, em 1998, nas Ilhas de Santiago, S. Vicente e Fogo ao homens foram mais afectados pelo desemprego, ao contrário do que se verificou na Ilha do Sal.

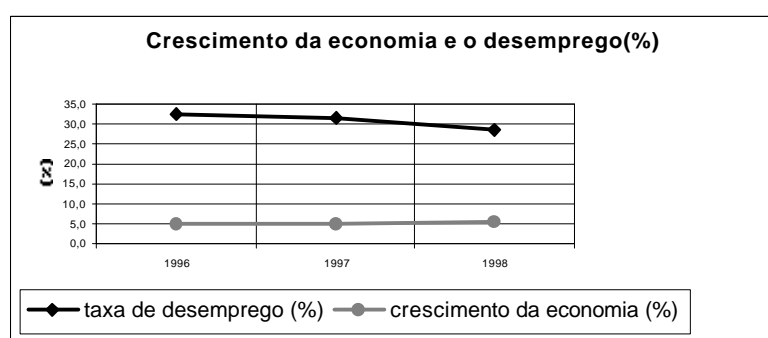


## Evolução da taxa de desemprego por sectores de actividade

No que concerne a análise do desemprego por sectores de actividade, a construção civil destaca-se como o sector que mais se ressentiu em 1998 (21,3%). A rubrica “outras actividades”, que inclui os sectores de actividades dos serviços colectivos e pessoais, actividades recreativas e serviços domésticos têm também, no seu conjunto, um peso significativo (29,5%) na perda do emprego.



O comportamento do mercado de trabalho durante 1998 reflecte, de certa forma, a influencia do crescimento da economia sobre a procura de trabalho. Assim, a economia nos últimos três anos cresceu a uma taxa de cerca de 5% ao ano e verifica-se que este crescimento reflectiu na taxa de desemprego. Pois, em 1996 a economia cresceu 5% e a taxa de desemprego foi de 32,7%. No ano seguinte, a economia tornou a crescer 5% e houve uma ligeira redução na taxa de desemprego. Em 1998, constata-se um maior crescimento na economia (5,6%) e a taxa de desemprego registou um decréscimo significativo, 3,4 p.p. (gráfico4).

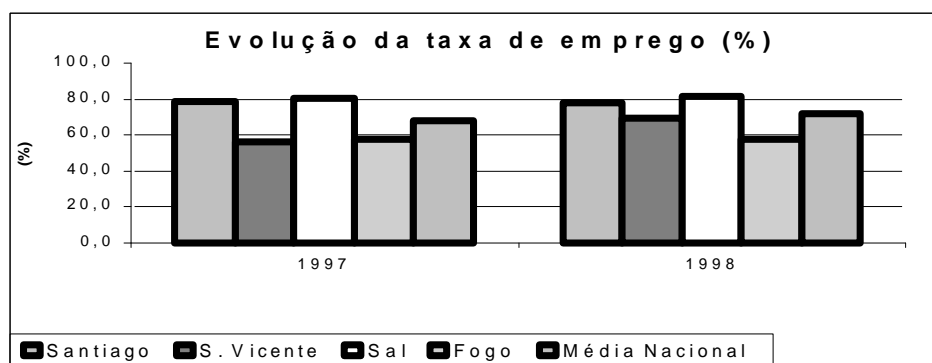


## Evolução da taxa de Emprego

Relativamente a **taxa de emprego**, constata-se que houve um aumento de 3,4 p.p. de 1997 para 1998 a nível nacional. As Frentes de Alta Intensidade de mão de obra (FAIMO) continuam a ser utilizadas como instrumento complementar da política de emprego.

Contudo, analisando por Ilhas, nota-se que houve uma diminuição pouco significativa na taxa de emprego nas *Ilhas de Santiago e Fogo* (0,3 p.p. e 0,5 p. p., respectivamente). Nas *Ilhas de S. Vicente e Sal* registaram um crescimento na taxa de emprego de 12,8 p.p. e 1,6 p.p., respectivamente (gráfico5).

Da análise do emprego por actividades económicas, denota-se que em 1998, o sector que englobou o maior volume de emprego é o sector de comércio a grosso e a retalho, 25,6%.



Quanto a taxa de actividade, relação entre população activa e população residente, constata-se um aumento de 0,99 p.p. de 1997 para 1998. Em relação à taxa de inactividade, nota-se um comportamento inverso (33,4% em 1997 para 32,5% em 1998)-

**Síntese das Principais Variáveis (%)**

	<b>Santiago</b>		<b>S. Vicente</b>		<b>Sal</b>		<b>Fogo</b>		<b>Média Nacional</b>	
	<b>97</b>	<b>98</b>	<b>97</b>	<b>98</b>	<b>97</b>	<b>98</b>	<b>97</b>	<b>98</b>	<b>97</b>	<b>98</b>
<b>Taxa de actividade</b>	72,4	65,4	61,1	65,5	76	72	57	67,3	66,6	67,6
<b>Taxa de inactividade</b>	27,6	34,6	38,9	34,5	24	28	43	32,7	33,4	32,5
<b>Taxa de emprego</b>	78,4	78,1	56,7	69,5	80,3	81,9	57,9	57,4	68,3	71,7
<b>Taxa de desemprego</b>	21,6	23,4	43,3	28,2	19,7	17,5	42,1	40,3	31,7	27,4

**Fonte- IEFP**

Por Ilhas, a taxa de actividade de 1997 para 1998, aumentou nas Ilhas de S. Vicente e Fogo (4,4 p.p. e 10,3 p.p. respectivamente) mas sofreu uma redução nas Ilhas de Santiago e Sal (7 p.p. e 4 p.p., respectivamente).

## ***CAPÍTULO IV***

### **BALANÇA DE PAGAMENTOS E DÍVIDA EXTERNA**

#### **1 - BALANÇA DE PAGAMENTOS**

##### **1.1 - Introdução**

Em 1998, a **Balança de Pagamentos** foi marcada por uma evolução negativa do saldo global, atingindo um défice de 31,4 milhões de escudos, contrariamente a 1997 em que se registou uma evolução positiva do saldo global da ordem dos 647,1 milhões de escudos.

O saldo da **Balança de Transacções Correntes (BTC)** deteriorou-se relativamente a 1997, cifrando-se em -2880,2 milhões de escudos, apesar do saldo positivo dos *Serviços* e, sobretudo, das *Transferências Unilaterais*, tendo-se registado, no ano em análise, um aumento do saldo destas últimas no valor de aproximadamente 1538 milhões de escudos.

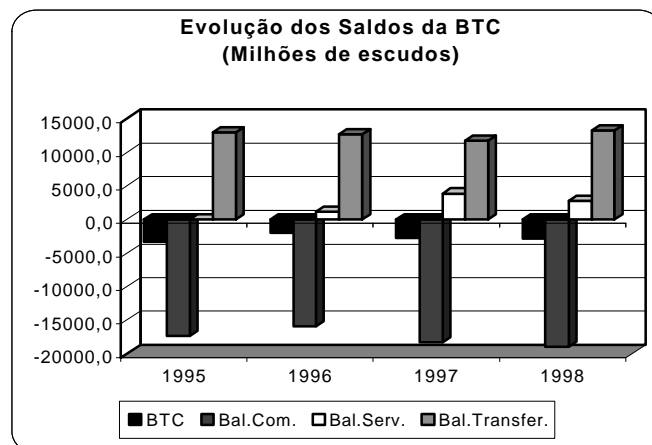
Merecem destaque, para o resultado do ano em análise, os contributos das rubricas da *Balança Comercial* e dos *Serviços*. Em particular, refira-se a queda em cerca de 270 milhões de escudos nas exportações (FOB) enquanto que as importações aumentaram em cerca de 326 milhões de escudos e os serviços líquidos reduziram-se em cerca de 1083 milhões de escudos.

A **Balança de Capitais**, por sua vez, registou um saldo positivo, fixando-se acima do atingido em 1997, ou seja, 3505,6 milhões de escudos (cerca de 7% do PIB) contra 3025,2 milhões de escudos do ano transacto, tendo tido um crescimento anual de cerca de 16%.

##### **1.2 - Balança de Transacções Correntes (BTC)**

De acordo com a informação disponível, em 1998, a BTC analisada numa base de transacções apresentou, relativamente a 1997, uma deterioração no seu saldo no valor de 141 milhões de escudos, passando de -2739,2 milhões de escudos para -2880,2 milhões de escudos. Expresso em percentagem do PIB, o desequilíbrio nas transacções correntes com o exterior foi de cerca de 6% em 1998. Esta evolução negativa da BTC reflecte, por um lado, o aumento do défice comercial, e por outro lado, a drástica redução nos serviços líquidos.





Fonte: BCV

Efectivamente, a **balança comercial** deteriorou-se em relação ao ano transacto, passando de -18378,9 milhões de escudos para -18974,9 milhões de escudos. Para o agravamento do défice contribuiu o aumento das importações que ultrapassaram o valor programado, bem como a queda das exportações cujo valor nominal fixou-se 270 mil contos abaixo do atingido em 1997.

De facto as *importações* atingiram cerca de 20 milhões de contos, ou seja, 41% do PIB enquanto que as exportações não foram além de 1.024 milhões de escudos. O reduzido peso das exportações, quando comparadas às importações, revela uma economia ainda altamente dependente do exterior, em que as exportações não representem mais do que 2% do PIB e a taxa de cobertura das importações pelas exportações se situem em 5,1 por cento 1998. De referir ainda que o grosso das exportações do país continua a ser dominado pelas empresas francas.

O saldo da **Balança de Serviços**, apesar de positivo, reduziu-se de 3.889,5 milhões atingidos em 1997, para 2806,8 milhões de escudos. Esta redução deve-se, essencialmente, à queda das entradas líquidas na rubrica *Serviços não factores*, em particular na rubrica *Outros Transportes* com destaque para a rubrica *Fornecimento de combustíveis*, passando de 7689,3 milhões de escudos para 6630 milhões de escudos (-13,8%) e, na rubrica *Construções*, passando de 243,1 milhões de escudos para 122 milhões de escudos, representando um decréscimo de cerca de 50%.

A redução das entradas líquidas nos Outros transportes, com destaque para o Fornecimento de combustíveis, e nas Construções, pode ser explicado quer pelo aumento dos pagamentos ao exterior, quer pela diminuição das receitas nos serviços prestados por estes sectores.

As entradas líquidas na rubrica *Viagens e Comunicações*, responsáveis em grande parte pelo saldo positivo da Balança de serviços em 1998, aumentaram cerca de 55,4% e 46,6% respectivamente, anulando parcialmente o comportamento menos favorável de outros serviços.

**BALANÇA DE PAGAMENTOS**  
(em milhões de ECV)

<b>Principais Rubricas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998 *2)</b>
<b>I – Balança de Transacções Correntes</b>	(3.362,1)	(2.071,3)	(2.739,2)	(2.880,2)
1.1 – <i>Balança Comercial</i>	(17.302,6)	(15.947,6)	(18.378,9)	(18.974,9)
Exportações, FOB	646,5	1.038,6	1.293,7	1.023,9
Importações, FOB	(17.949,1)	(16.986,1)	(19.672,6)	(19.998,9)
1.2 – <i>Balança de Serviços (Líqu.)</i>	984,3	1.165,7	3.889,5 (*1)	2.806,8
Não Factores	1.392,7	1.726,9	4.537,7	3.417,8
Factores	(408,4)	(561,3)	(648,3)	(610,9)
1.3 – <i>Transferências Unilaterais (Líqu.)</i>	12.956,3	12.710,6	11.750,2	13.287,9
Privadas	7.653,3	7.918,1	6.583,5	8078,2
Oficiais	5.303,0	4.792,5	5.166,7	5.209,7
<b>II – Balança de Capitais</b>	2.857,3	3.470,5	3.025,2	3.505,6
2.1 – <i>Investimento Directo</i>	1.968,0	2.334,4	1.074,0	618,8
2.2 – <i>Capital de Médio/Longo Prazo</i>	1.119,3	1.101,1	1.644,1	1.383,2
Governo	770,0	1.367,2	1.045,9	1.077,2
Empresas Públicas	252,6	(264,0)	531,7	(195,3)
Empresas Privadas	96,7	(2,1)	66,5	501,3
2.3 – <i>Capitais de Curto Prazo</i>	(230,0)	35,0	307,1	1.503,6
<b>III – Erros e Omissões</b>	(550,2)	127,6	361,1	(656,8)
<b>IV – Balança Global</b>	(1.055,0)	1.526,7	647,1	(31,4)

**Fonte: BCV**

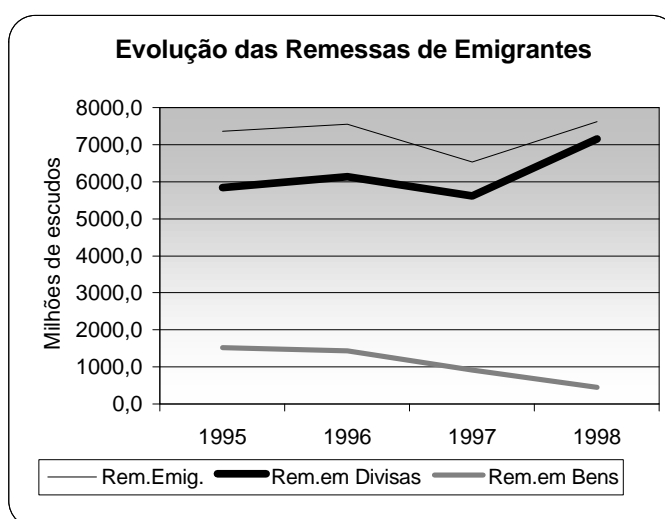
(\*1) - Empolamento devido ao novo tratamento estatístico da reexportação de uma empresa de combustível; (\*2) - Provisório

As **Transferências Unilaterais líquidas** no ano de 1998, foram superiores em cerca de 1537,7 milhões de escudos às registadas no ano anterior, tendo tido um crescimento anual de 13,1%. Retomam, portanto, a sua evolução positiva em 1998, situando-se nos 13287,9 milhões de escudos (cerca de 27% do PIB). Embora o saldo das *transferências oficiais* tenha registado um aumento no ano, foi sobretudo, o aumento das *transferências privadas* que determinou este resultado.

As transferências privadas tiveram um crescimento anual na ordem dos 22,7% face ao ano transacto, representando quase 61% do total das transferências unilaterais. Na origem deste crescimento, esteve o aumento das *remessas de emigrantes*, sobretudo em divisas, passando de 6538,9 milhões de escudos para 7618,6 milhões de escudos, representando no ano em análise cerca de 15,6% do PIB.

**TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS**  
(em milhões de ECV)

	1995	1996	1997	1998 (*1)
<b>I – Transferências Unilaterais</b>	12.956,2	12.710,6	11.750,2	13.287,9
<b>Taxa anual de Crescimento</b>	12,4	(1,8)	(7,5)	13,1
<b>1.1 – Privadas</b>	7.653,3	7.918,1	6.583,5	8.078,2
Remessas de Emigrantes	7.368,8	7.554,4	6.538,9	7.618,6
Divisas	5.846,5	6.126,4	5.620,2	7.160,9
Bens	1.522,4	1.428,0	918,6	457,6
<b>1.2 – Públicas</b>	5.302,9	4.792,5	5.166,7	5.209,7



Fonte: BCV

### 1.3 - Balança de Capitais

Os dados relativos à Balança de Capitais, no ano de 1998, revelam um saldo positivo de 3505,6 milhões de escudos, representando cerca de 7% do PIB, tendo aumentado relativamente ao ano anterior à uma taxa de 15,9.

O saldo positivo da Balança de Capitais em 1998 deve-se, essencialmente, aos **Empréstimos externos totais líquidos** no valor de 1383,3 milhões de escudos, apesar de estes se terem diminuído relativamente ao ano anterior em 260,8 milhões de escudos.

As *saídas líquidas* de capitais atingiram no ano, um total de 1479,8 milhões de escudos, tendo aumentado relativamente ao ano de 1997, em parte em resultado dos maiores reembolsos de dívida externa.

O montante de **Investimento Directo Estrangeiro (IDE)** recebido pela economia nacional, no ano em análise, apresentou uma nova redução, em termos líquidos, face ao ano anterior (618,8 milhões de escudos face a 1074,0 milhões de escudos). O IDE voltou assim, neste ano a perder importância no conjunto da economia, reduzindo o seu peso no PIB para 1,3% face a 2,4% no ano anterior (Veja-se quadro III e Gráfico abaixo).

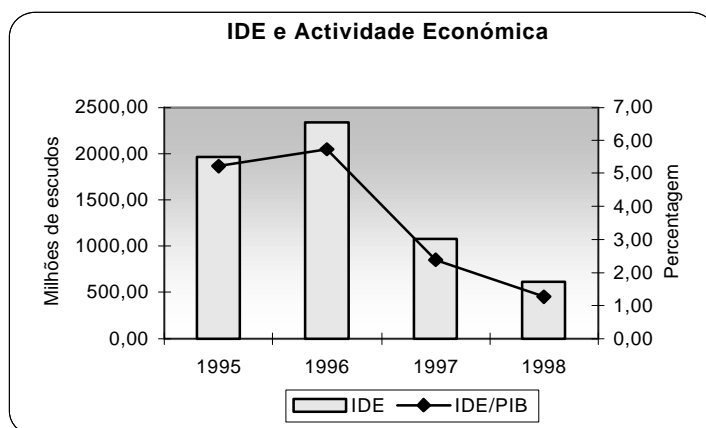
**CONTAS DE CAPITAL**  
(em milhões de ECV)

	1995	1996	1997	1998 (*1)
<b>I – Investimento Directo (Líqu.)</b>	1.968,0	2.334,3	1.074,0	618,8
<b>Em percentagem do PIB</b>	5,22	5,74	2,38	1,27
<i>Entradas</i>	2.012,1	2.356,1	1.078,7	618,8
<i>Saídas</i>	(44,1)	(21,8)	(4,6)	0,0
<b>II – Empréstimos Externos Totais (Líqu.)</b>	1.119,3	1.101,1	1.644,1	1.383,3
<i>Entradas</i>	1.920,1	1.890,0	2.883,2	2.863,1
<i>Saídas</i>	(800,8)	(788,9)	(1.239,1)	(1.479,8)

(\*1) Dados Provisórios

Fonte: BCV

A quebra no ritmo de entrada do IDE desde 1997, justifica-se pela menor entrada de receitas resultantes da compra de acções por investidores externos, no quadro das privatizações de empresas públicas, que se tem vindo a verificar.



Fonte: BCV

## 2 – DÍVIDA EXTERNA

No final de 1998, o montante da **dívida externa efectiva** de Cabo verde atingiu os 24.203,5 milhões de escudos (247 milhões de dólares), contra os 20.110,4 milhões no final de 1997 (215,8 milhões de USD). Este aumento representa uma taxa de crescimento de 23,7 por cento em relação ao ano precedente.

**Evolução da Dívida**  
**1995-1998**  
(em milhões de Escudos Cabo-Verdianos)

	1995	1996	1997	1998
<b>Dívida Contratada</b>	30.340,38	33.927,97	38.636,57	47.467,34
<b>Desembolso</b>	17.014,59	20.812,68	25.608,61	31.533,18
<b>Reembolso</b>	3.581,21	4.113,00	5.498,21	6.641,76
<b>Dívida Efectiva</b>	13.433,38	16.699,70	20.110,40	24.891,42

Fonte: BCV

Comparativamente à evolução do PIB, a dívida efectiva em 1998 representa 51,1 por cento, contra 44,6 por cento em 1997.

A dívida contratada aumentou consideravelmente (22,8%) e cifrou-se em cerca de 47,5 milhões de contos, tendo a dívida efectiva crescido 23,7 por cento relativamente a 1997, passando de 20,1 milhões de contos para cerca de 25 milhões.

Comparando a evolução da dívida na moeda de contrato com a sua equivalência em escudos, constata-se que o aumento da cotação do dólar de 1997 para 1998 contribuiu sobremaneira para o crescimento observado. Aliás, a dívida contratada e a dívida efectiva **em dólares** aumentaram 16,8 por cento e 17,7 por cento, respectivamente, em relação ao valor de 1997.

Um outro aspecto a ter em conta na evolução da dívida externa cabo-verdiana em 1998, prende-se com o aumento do stock de **atrasados**, que atingiu 10,89 milhões de USD no final de 1998. Não obstante o reescalonamento da dívida com ABUDHABI, o aumento da dívida externa deveu-se também ao aumento de stock de atrasados em relação ao DECEX e ICCO.

Os desembolsos acumulados atingiram o valor de 321,8 milhões de USD em 98, o que, em termos médios anuais, representa uma taxa de crescimento da ordem dos 17 por cento relativamente ao ano transacto. Destacam-se como os maiores financiadores/credores o BM/IDA (com mais de 58%), seguindo-se Portugal (25,5%), BADEA (6 %) e FAD (3,1%).

Em relação ao serviço da dívida, o montante global pago ao longo de 1998, foi de 67,8 milhões de USD, representando uma variação aproximadamente de 15 por cento em relação ao ano de 1997. Esses pagamentos destinaram-se, essencialmente, ao BADEA.

## Capítulo V

### FINANÇAS PÚBLICAS

De acordo com informações do Ministério das Finanças a política das Finanças Públicas em 1998 traduziu-se, no essencial, no esforço da consolidação orçamental visando a estabilidade macroeconómica traduzida num controlo efectivo das despesas públicas e na melhoria da arrecadação fiscal por forma a corrigir os enviesamentos verificados nos últimos anos.

Neste contexto, o défice público global apurado (incluindo donativos) ascendeu a 2.086,0 milhões de escudos, correspondendo a - 4,3 por cento do PIB estimado para 1998. Este valor representa uma redução de 1.632 milhões de escudos relativamente ao défice orçamentado (3.563 milhões de escudos), fruto de uma melhoria na arrecadação das receitas (+ 724 mil contos), mas essencialmente da diminuição das despesas executadas (- 2,2 milhões de contos).

O peso do Sector Público Administrativo (SPA) na economia medido do lado das Receitas aumentou, tendo as Receitas Totais passado de 32,8% do PIB em 1997 para 34,8% em 1998. Por seu turno, do lado das Despesas Totais o comportamento do SPA foi em sentido contrário, isto é, o peso caiu de 43,2% em 1997, para 39,1% em 1998, conforme se pode observar no quadro infra.

As necessidades de financiamento do SPA em 1998, ter-se-ão cifrado em 2.086,0 milhões de escudos, 4,3 por cento do PIB.

#### Sector Público Administrativo

Peso na economia

	1996	1997	1998
	Percentagem do PIB		
Receitas Totais	40,3	32,8	34,7
Despesas Totais	56,5	43,2	39,1
Necessidades de Financiamento	16,1	10,4	4,3

Fonte: Ministério das Finanças

## 2 - RECEITAS PÚBLICAS

As Receitas Totais do Sector Público Administrativo (incluindo donativos e transferências) atingiram, em 1998, 16.928,0 milhões de escudos (14.793,0 milhões em 1997), representando 34,8 por cento do PIB (32,8% em 1997). As *receitas tributárias* situaram-se em 8.368,0 milhões de escudos, apresentando uma taxa de crescimento de 11,8 por cento relativamente ao ano transacto. Por seu turno as *receitas não tributárias*

cresceram bastante em relação ao ano precedente, cifrando-se em 3.255,0 milhões de escudos (1.759,0 milhões de escudos em 1997)

No conjunto, as **receitas correntes** atingiram os 11.623,0 milhões de escudos o que representa um aumento de 25,8% em relação a 1997. Para essa evolução destacam-se as receitas tributárias cujo peso no total das receitas correntes é de cerca de 72%, ultrapassando o valor orçamento em 3,5%. Das componentes das receitas tributárias, destacam os recursos provenientes do comércio internacional (imposto sobre a importação) e impostos sobre rendimentos e lucros (IUR).

## **2 - DESPESAS PÚBLICAS**

No que toca às Despesas Públicas (correntes e de investimentos), o SPA registou um montante de 19.014,0 milhões de escudos, menos 486 milhões de escudos que o atingido em 1997 e menos 2.201,0 milhões de escudos que o orçamentado. Respeitante às despesas correntes, a cifra atingida foi de 10.695,0 milhões de escudos, ou seja, 56,2 por cento das despesas totais, praticamente o mesmo nível do ano anterior (56,3%).

Regista-se algum esforço de contenção das despesas correntes, tendo em conta a nova orientação à política orçamental, no sentido de abrandar o ritmo de crescimento das despesas de funcionamento e consequentemente das despesas públicas.

De acordo com os dados publicados, as despesas de Investimento continuaram a decrescer em 1998, situando-se em 8.319,0 milhões de escudos, - 2,2 por cento que os Investimentos realizados em 1997. Globalmente, essas despesas representaram cerca de 17% do PIB, contra 18,8% de 1997.

## **3 - FINANCIAMENTO**

No final de 1998, o défice global da execução do Orçamento do Estado situou-se em 2.086,0 milhões de escudos, representando -4,3% do PIB. Para a cobertura das necessidades financeiras, o Governo recorreu-se exclusivamente ao financiamento externo através de desembolsos para execução de projectos de médio e longo prazos. De realçar que o Governo obteve também um crédito externo em regime de excepção - o chamado *bridge loan*, permitindo dar cobertura a atrasos que se verificaram na chegada de donativos e liberação de alguns desembolsos.

## Contas Nacionais do Sector Público Administrativo

(Em milhões de escudos)

	1997	Orç. 1998	1998
<b>1. Receitas Totais</b>	<b>14793,0</b>	<b>17652,0</b>	<b>16928,0</b>
1.1 Receitas Correntes	9238,0	11528,0	11623,0
Receitas Tributárias	7479,0	8081,0	8368,0
Receitas não tributárias	1759,0	3447,0	3255,0
1.2 Donativos	4750,0	6028,0	5241,0
1.3 Transferências	805,0	96	64,0
<b>2. Despesas Totais</b>	<b>19500,0</b>	<b>21215,0</b>	<b>19014,0</b>
2.1 Despesas Correntes	10993	10886,0	10695,0
das Quais juros dív. Interna	1402,0	1392,0	1543,0
Juros dív. Externa	430,0	394,0	350,0
2.2 Despesas de Investimento	8507,0	10329,0	8319,0
<b>3. Saldo Global (1-2)</b>	<b>-4707,0</b>	<b>-3563,0</b>	<b>-2086,0</b>
Saldo exc. Dons	-9457,0	-9591,0	-7327,0
Saldo corrente	-1755,0	642,0	928,0
Saldo primário	-7625,0	-7805,0	-5434,0
<b>4. Financiamento</b>	<b>4707,0</b>	<b>3718,0</b>	<b>2086,0</b>
4.1 Externo (líq.)	649,0	3718,0	2086,0
Desembolsos	1844,0	4719,0	2967,0
Amortizações	-882,0	-1601,0	-965,0
Variação atrasados	-1777,0	0,0	65,0
Juros	-546,0	0,0	0,0
Capital	-1231,0		65,0
Pagamento atrasados	-186,0		0,0
Reescalonamento dívida	1464,0	600,0	19,0
4.2 Interno (líq.)	4058,0	0,0	0,0
Sistema bancário	2173,0	0,0	0,0
Novos empréstimos	2173,0		0,0
Var. atrasados	0,0		0,0
Outros	1885,0	0,0	0,0
Empréstimos	1885,0		0,0
Receitas privatizações	1618,0		0,0
<b>5. Saldo Global/PIB</b>	<b>-10,4%</b>	<b>-7,3%</b>	<b>-4,3%</b>

Fonte: Ministério das Finanças



## CAPÍTULO VI

### SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CAMBIAL

#### 1-Situação Monetária

##### 1.1-Agregados monetários e de liquidez

Em 1998, a política monetária continuou a ser orientada pelos objectivos macro-económicos estabelecidos nos últimos anos, nomeadamente, a estabilidade dos preços, a defesa das contas externas do País e o crescimento do PIB. O mecanismo de transmissão da política monetária ainda utilizado, tendo em conta esses objectivos, é o controlo do crédito (controlo directo), embora esteja em prosseguimento a implementação da utilização de novos instrumentos que possam influenciar a massa monetária através da variação da Base Monetária (controlo indirecto).

No final de 1998, a taxa de crescimento da **massa monetária (M2)**, calculado sobre os saldos do fim de período, foi de 1,8%.

Esse crescimento foi bem abaixo daquilo que foi previsto como meta da programação monetária, que indicava uma taxa de 8% para a evolução do agregado **M2**. O baixo crescimento verificado reflecte a desaceleração dos **passivos monetários (M1)** (-0,4%) em relação a 1997, enquanto que, os **passivos quase monetários** registaram um crescimento de 4% em igual período.

O decréscimo de **M1**, reflecte a fraca variação da quantidade de *moeda em circulação* (4853,6 milhões de escudos em 1997 e 5060,0 milhões de escudos em 1998) e a queda dos *depósitos a ordem em M/N* (10666,2 milhões de escudos em 1997 e 10395,8 milhões de escudos em 1998).

#### ***Evolução da Massa Monetária***

(em milhões de escudos)

	1995	1996	1997	1998
<b>1-M2(2+3)</b>	24747,80	27093,00	30376,60	30918,10
Taxa de crescimento(%)	20,20	9,50	12,10	1,80
<b>2-Passivos monetários(M1)</b>	12044,80	13007,30	15519,80	15455,80
Moeda em circulação	7405,20	8487,40	4853,60	5060,00
Depósitos à ordem em M/N	4639,60	4519,90	10666,20	10395,80
<b>3-Passivos quase monetários</b>	12703,00	14085,70	14856,80	15462,30
Depósitos à prazo em M/N (*)	6940,90	6929,90	6686,30	6471,00

Fonte- BCV

(\*) Constan ainda desta rubrica, os depósitos de poupança, depósitos de emigrante e acordos de BT's

O crescimento moderado dos **passivos quase monetários** continua a reflectir a tendência de diminuição da carteira de *depósitos a prazo M/N*, desde 1995, devido, em

parte à reorientação de algumas poupanças para outros produtos financeiros, nomeadamente, os títulos do Tesouro (Bilhetes de Tesouro transaccionados no mercado de balcão) enquanto alternativas de aplicação, pela queda da taxa de juro líquida, associada à cobrança do imposto de capital.

Em termos de estrutura, os **passivos monetários** e os **quase monetários** tiveram o mesmo peso na composição da **massa monetária**, 49,99% e 50,01%, respectivamente.

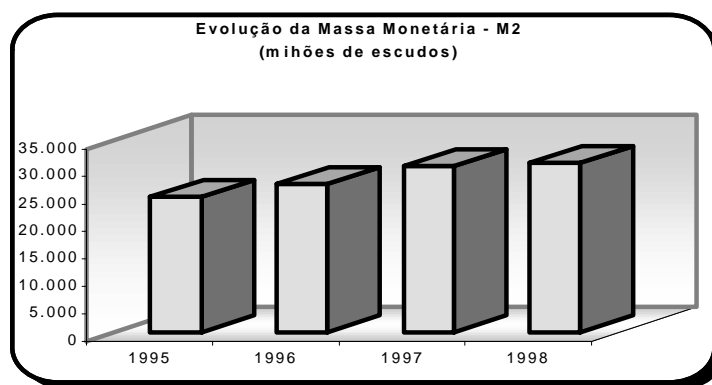
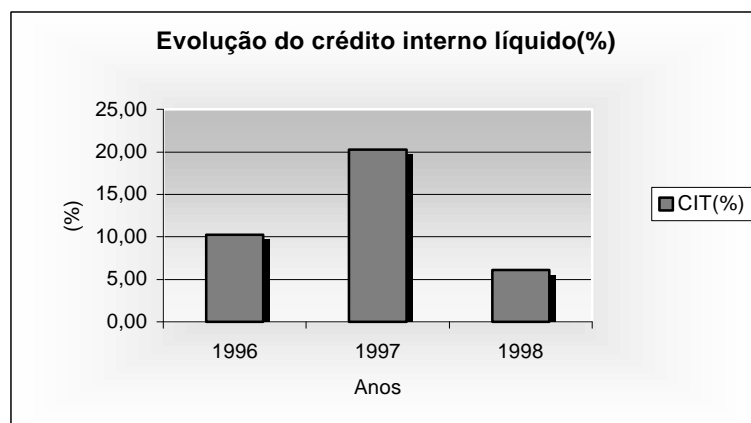


Gráfico 2 – Fonte: BCV

## 1.2 - Agregados de crédito e outras contrapartidas de criação monetária

O **crédito interno líquido total (CIT)** tem tido uma evolução muito oscilatória nos últimos três anos (gráfico3), pois, em 1996 registou-se um crescimento de 10,3%, relativamente ao ano anterior, mas em 1997 registou-se um forte crescimento que chegou a atingir 20,3%. No ano de 1998, houve uma brusca desaceleração no crescimento do **CIT**, uma vez que registou-se um crescimento de apenas 6,1%, uma evolução abaixo do previsto pela meta programada que preconizava uma taxa de crescimento de 7,3% (gráfico2).

O **CIT** atingiu em 1998, o valor de 29403,8 milhões de escudos, não muito superior ao registado em 1997 (27712,3 milhões de escudos).



Fonte: BCV

No que concerne à distribuição pelas rubricas que constituem o **CIT**, o **crédito líquido ao sector público administrativo** apresenta um decréscimo de 0,35%, relativamente ao ano de 1997. Esse decréscimo resulta da queda registada no *crédito ao governo central*, o objectivo de se obter uma variação nula para o financiamento interno do governo central.

**Quadro2-Repertição Institucional do Crédito**

	1995	1996	1997	1998
<b>Crédito Interno Líquido</b>	20896,9	23043,3	27719,3	29403,8
1-Crédito ao SPA*	9977,5	11447	13125,6	13078,9
2-Crédito à Economia	10919,4	11596,3	14586,7	16324,9
2.1-CEPnF**	616,5	432,7	370,1	440,1
2.2-Sector privado***	10302,9	11163,6	14216,6	15884,8

Fonte BCV; \* Crédito Sector público administrativo ; \*\* Crédito às empresas públicas não financeiras ;  
\*\*\* Inclui empresas mistas, privadas e particulares

No que respeita ao **crédito à economia**, o crescimento foi de 11,9% (14586,7 milhões de escudos em 1997 e 166324,9 milhões de escudos), tendo a parte correspondente ao *CEPnF* registado um crescimento de 19% e o *sector privado* 11,7%. O *sector privado* representou 97,5% do total do crédito à economia.

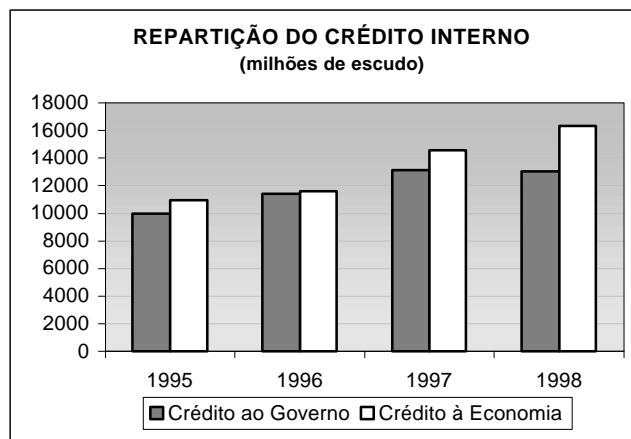


Gráfico 4; Fonte BCV

Comparativamente a 1997, o ano de 1998, o **Activo Externo Líquido (AEL)** registou um crescimento quase nulo (0,6%), passando de 5613,0 milhões de escudos em 1997 para 5646,4 milhões de escudos em 1998. Dessa forma verifica-se que houve um crescimento muito abaixo da meta programada, que era de 7,1%.

De acordo com os dados, no ano de 1998, enquanto os *Activos Externos dos Bancos Comerciais* apresentaram um forte crescimento (60,3%), os *Activos externos do BCV* registaram um considerável decréscimo (18%), relativamente ao ano anterior.

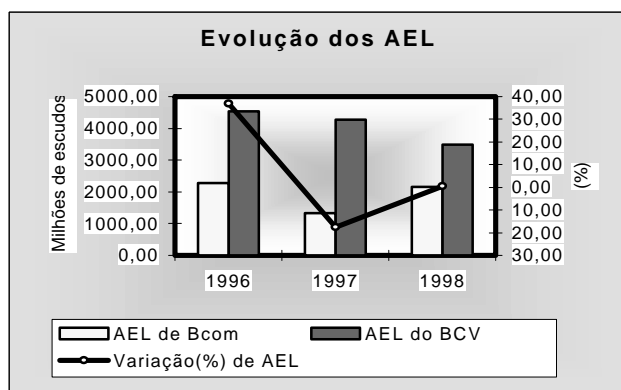


Gráfico5; Fonte BCV

## 2 – Situação Cambial

Em Dezembro, a evolução cambial do escudo cabo-verdiano denunciou os efeitos da quebra do dólar (USD), sobretudo na 2ª metade do mês, devido ao processo de destituição do presidente Bill Clinton, a par de uma ligeira apreciação da libra esterlina (GBP), nos mercados cambiais.

Câmbios médios	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<b>Dólar (USD)</b>	102.54	99.97	100.77	101.41	100.78	96.30	92.56	94.40	94.26
<b>Libra (GBP)</b>	171.56	163.87	166.25	167.01	164.45	161.69	157.34	157.16	157.38
<b>Marco</b>	56.41	56.36	56.34	56.32	56.34	56.44	56.44	56.44	56.45
<b>Peseta</b>	66.44	66.34	66.38	66.37	66.38	66.45	66.41	66.37	66.34

Fonte: BCV

O câmbio médio do escudo face ao dólar, passou assim de 94.40 em Novembro para 94.26, representando uma apreciação nominal na ordem de 0,15%. Contra a libra, o escudo cotou-se em termos médios, em 157,38, contra os 157,16 do mês anterior, equivalendo o diferencial a uma depreciação nominal de 0,14%.

No cômputo global, o Índice da taxa efectiva nominal do escudo cabo-verdiano subiu de 83,59 em Novembro para 83,60, evolução correspondente a uma apreciação nominal da moeda nacional em 0,01%. Em termos reais, o escudo apreciou-se na ordem de 1,90%, uma evolução imputável ao aumento no diferencial global de preços, em virtude do aumento da inflação interna.

1998		ÍNDICES DAS TAXAS EFECTIVAS DE CÂMBIO			
				Var. em	
		TEN	TER	TEN	TER
<b>Janeiro</b>		86,85	100,50	-0,02	0,76
<b>Fevereiro</b>		86,89	100,19	0,04	-0,30
<b>Março</b>		86,45	98,67	-0,50	-1,52
<b>Abril</b>		82,58	94,22	-4,48	-4,51
<b>Maio</b>		82,97	96,03	0,47	1,93
<b>Junho</b>		82,86	95,70	-0,13	-0,35
<b>Julho</b>		82,81	95,75	-0,07	0,06
<b>Agosto</b>		82,90	98,25	0,11	2,60
<b>Setembro</b>		83,33	100,13	0,53	1,92
<b>Outubro</b>		83,78	100,75	0,54	0,61
<b>Novembro</b>		83,59	100,29	-0,23	-0,45
<b>Dezembro</b>		83,60	102,20	0,01	1,90

Var>0: corresponde à apreciação do ECV  
TER: Taxa efectiva real = Taxa efectiva nominal / Diferencial de preço  
TEN: Taxa efectiva  
No cálculo da TER recorreu-se ao Índice de preços do I.N.E.  
Dados provisórios; os dados referentes aos meses anteriores foram actualizados  
A partir de Dezembro de 1997 para os parceiros europeus foi utilizada a inflação publicada pelo EUROSTAT (IPC harmonizado)  
Fonte: BCV

Após uma apreciação nominal em Outubro, na ordem de 0,54%, o escudo experimentou uma ligeira depreciação de 0,23%, em Novembro, para voltar a apreciar-se em Dezembro, de modo insignificante, em 0,01%.

A evolução da moeda nacional reflectiu, pelo efeito de indexação à moeda portuguesa, o movimento de alguma volatilidade cambial, descrito pela moeda norte-americana, observado ao longo do trimestre, e motivado pela expectativa do conflito armado contra o Iraque, pela afectação das crises asiática e brasileira sobre a economia norte-

americana, e também, em virtude do processo de destituição do presidente Clinton. Com efeito, o escudo cotou-se em termos médios mensais, face ao USD, em 92,56 em Outubro, e atingiu o nível dos 94,40, no mês seguinte, depreciando-se na ordem de 1,9%, para, em Dezembro, se cotar nos 94,26, apreciando-se dessa vez, 0,15%. Em termos globais, verificou-se uma apreciação nominal média de 0,11%, num intervalo de flutuação de [-0,23; 0,54], de uma margem de 0,31%.

Em termos reais, o comportamento foi similar. À apreciação real de Outubro de 0,61%, seguiu-se a depreciação de 0,45% de Novembro, logo contrariada no mês seguinte, com uma apreciação de 1,9%. Para esta evolução da moeda nacional tem contribuído, de forma decisiva, o processo de formação dos preços. Com efeito, a inflação, medida em termos homólogos, reduziu-se de Outubro para Novembro, de 7,6% para 6,5%, voltando de novo a crescer, segundo dados do INE, em Dezembro, atingindo os 8,4%. Esta oscilação ao nível do Índice de preços no consumidor imputou variações no diferencial global de preços, repercutindo-se, deste modo, na evolução real do escudo.

**ÍNDICES DAS TAXAS EFECTIVAS DE CâMBIO - Var. em %**

	TEM	TER	Var. TEN (%)	Var. TER (%)
<b>1997 - I Trim.</b>	86,34	96,92	-0,42	2,24
<b>II</b>	86,54	98,78	0,22	1,92
<b>III</b>	86,99	101,49	0,53	2,75
<b>IV</b>	86,89	99,25	-0,11	-2,21
<b>1998 - I Trim.</b>	86,73	99,78	-0,19	0,39
<b>II</b>	82,80	95,32	-4,53	-4,51
<b>III</b>	83,01	98,04	0,25	2,62
<b>IV</b>	83,66	101,08	0,11	0,69

Fonte. BCV

O Índice de taxa efectiva nominal do escudo atingiu, em termos anuais, 84,05 pontos, contra os 86,69 de 1997, significando uma depreciação anual de 3,05%. A maior depreciação nominal de 1998, recorde-se, registou-se no 2º trimestre, no período que coincidiu com a fixação da nova paridade ECV/PTE, o que se traduziu por uma ligeira desvalorização nominal da moeda nacional. A maior apreciação ocorreu no 3.º trimestre, com a depreciação do USD, nos mercados cambiais.

Em termos de taxa efectiva real, o Índice atingiu 98,56 pontos, em 1998, face aos 99,11 no ano anterior, traduzindo-se uma apreciação anual de 0,56%. As taxas efectivas reais extremas do escudo (maior apreciação e maior depreciação) observaram-se em iguais períodos em que se observou a maior apreciação/depreciação, em termos nominais, dado, por um lado, à correlação existente entre as duas grandezas, e, por outro, ao comportamento dos preços. Recorde-se que as taxas de inflação mais baixas do ano, medida seja em termos homólogos, seja na variação dos últimos 12 meses, ocorreram no 3º trimestre do ano. À escala anual, a inflação fixou-se em 1997, de acordo com o INE, nos 8,6%, contra o valor de 4,4%, de 1998.

### 3 – Mercado Financeiro

#### 3.1 – Dívida Pública – Bilhetes do Tesouro

Ao longo de 1998, o mercado primário de bilhetes do Tesouro registou uma actividade permanente, com emissões regulares todos os meses. O Tesouro emitiu bilhetes pelos prazos legalmente estabelecidos, ou seja 91, 182 e 364 dias.

O montante de títulos **colocados** foi superior a 1997 em relação a todos os prazos. Os BT a 91 dias atingiram os 2.723,4 milhões de escudos, mais 263 milhões que no ano transacto; a 182 dias foram 3.109,5 milhões de escudos, mais 329,5 milhões.

Os montantes líquidos colocados a prazo de 364 dias foram iguais aos de 1997, atingindo 1.654 milhões de escudos. As emissões foram, na sua grande maioria, para renovação dos títulos vencidos. Assim, o montante global de bilhetes emitidos foi de 7.487 milhões de escudos, contra os 6.894 milhões de escudos colocados em 1997. Em termos líquidos, o saldo total em 31 de Dezembro de 1998 é de 3.959 milhões de escudos, que compara com os 3.709 milhões de escudos de 1997, sendo 723 milhões a 91 dias, 1.582 milhões a 182 dias e 1.654 milhões a 364 dias.

O prazo mais representado continua sendo o de 364 dias, absorvendo cerca de 42 por cento do total em circulação.

*Emissão e colocação de Bilhetes do Tesouro – 1998*

Prazos	Datas de Emissão	Montantes Colocados	Taxas de Juro Por emissão	Taxa média Colocação
91 dias ...	28.01.98	250.000 contos	7.4363%	7.2415%
	04.03.98	200.000 contos	7.3031%	
	27.03.98	215.000 contos	6.8459%	
	29.04.98	230.000 contos	7.5158%	
	29.05.98	112.462 contos	7.0966%	
	03.06.98	220.000 contos	7.2330%	
	26.06.98	215.000 contos	7.2174%	
	20.08.98	163.000 contos	7.4935%	
	28.08.98	35.000 contos	7.4464%	
	02.09.98	160.000 contos	7.5859%	
	25.09.98	200.000 contos	7.2031%	
	30.10.98	165.000 contos	7.3826%	
	19.11.98	163.000 contos	7.1039%	
	27.11.98	195.000 contos	6.8895%	
	24.12.98	200.000 contos	6.8688%	

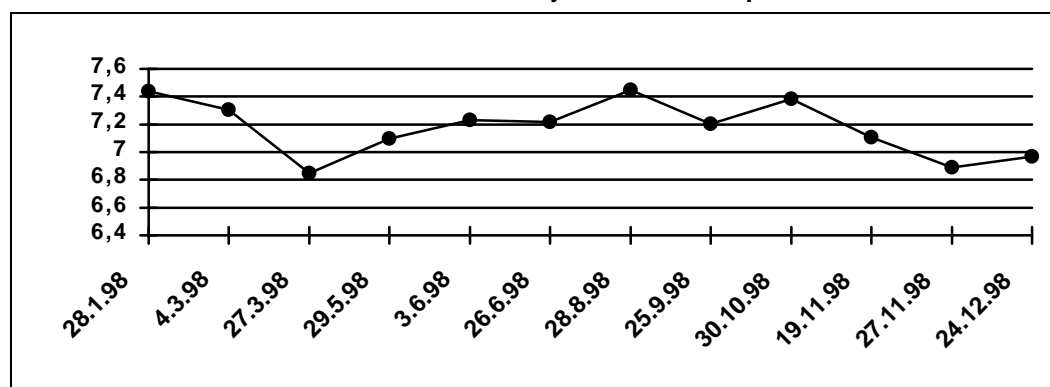
<b>182 dias ...</b>	06.02.98	250.000 contos	8.1193%	7.7555%
	11.03.98	250.000 contos	7.8667%	
	12.03.98	245.000 contos	7.6990%	
	09.04.98	150.000 contos	7.4583%	
	16.04.98	185.000 contos	7.4523%	
	23.04.98	137.538 contos	8.2043%	
	08.06.98	60.000 contos	8.3229%	
	19.06.98	250.000 contos	7.7710%	
	07.08.98	250.000 contos	7.4600%	
	09.09.98	173.000 contos	7.9191%	
	10.09.98	195.000 contos	7.9282%	
	08.10.98	150.000 contos	7,4117%	
	15.10.98	185.000 contos	7,3345%	
	22.10.98	137.538 contos	7,5331%	
	26.11.98	166.462 contos	9,0000%	
	07.12.98	75.000 contos	7,0833%	
	18.12.98	250.000 contos	7,2800%	
<b>364 dias ...</b>	09.01.98	625.000 contos	10.326%	8.3591%
	20.04.98	125.000 contos	8.7175%	
	08.06.98	200.000 contos	8.6400%	
	19.06.98	100.000 contos	8.0062%	
	22.06.98	150.000 contos	8.2500%	
	16.07.98	100.000 contos	8.2500%	
	13.08.98	104.000 contos	8.0547%	
	24.09.98	150.000 contos	7.2031%	
	10.12.98	100.000 contos	7,7844%	

Fonte: BCV

No mercado primário de bilhetes do Tesouro, o aspecto mais saliente foi a descida das taxas de juro nas emissões de todos os títulos. Assim, comparando os dois anos, verificou-se uma queda de 0,785, 1,258 e 0,11 pontos percentuais para os títulos de 91, 182 e 364 dias, respectivamente.

A queda observada nas taxas de juro de colocação dos bilhetes do Tesouro ao longo de 1998 está ligada ao facto das emissões serem, na sua grande maioria, para renovação. Aliás, a CECV foi a única instituição bancária a aumentar os seus activos em BT em cerca de 100 mil contos. Ao nível das outras instituições privadas, o aumento líquido dos BT nas suas carteiras foi de cerca de 400 mil contos. Os títulos a 182 dias, foram os que registaram uma descida maior nas suas taxas de juro. Esta situação deve ligar-se ao facto de os BT com este prazo terem sido os mais colocados ao longo de 1998.

**BT a 91 dias - taxas de juro no mercado primário**



Fonte: B.C.V.



### **BT em circulação**

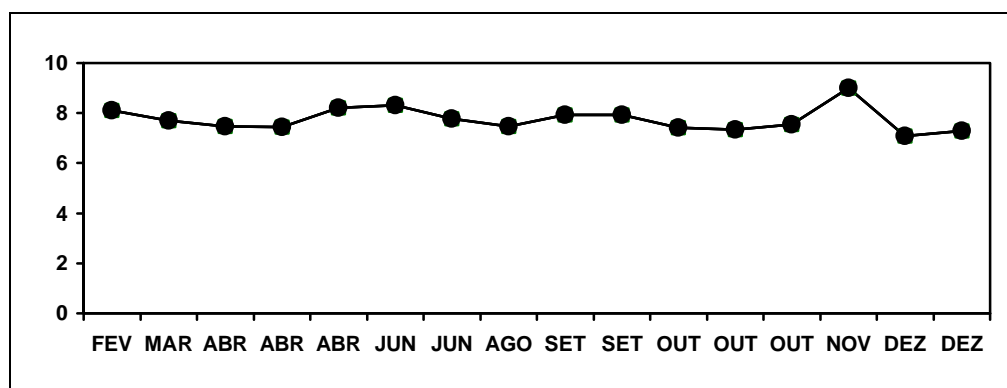
Em Dezembro de 1998, os BT em **circulação** atingiram o valor de 3.959 milhões de escudos, contra 3.709.0 milhões de escudos registados no ano transacto. O número de participantes nos leilões dos bilhetes do Tesouro aumentou para 12 ( mais 1 instituição de crédito) incluindo, para além de instituições bancárias públicas e privadas, empresas públicas, e companhias de seguros.

### **Bilhetes do Tesouro em circulação** (Montantes comparados)

Prazos	Montantes		Taxas juros 1997	Taxas juros 1998
	1997	1998		
BT a 91 dias	665 milhões de escudos	723 milhões de escudos	8.0269%	7.2415%
BT a 182 dias	1.390 milhões de escudos	1.582 milhões de escudos	9.0138%	7.7555%
BT a 364 dias	1.654 milhões de escudos	1.654 milhões de escudos	9.5424%	8.3591%
<b>TOTAL</b>	<b>3.709 milhões escudos</b>	<b>3.959 milhões escudos</b>		

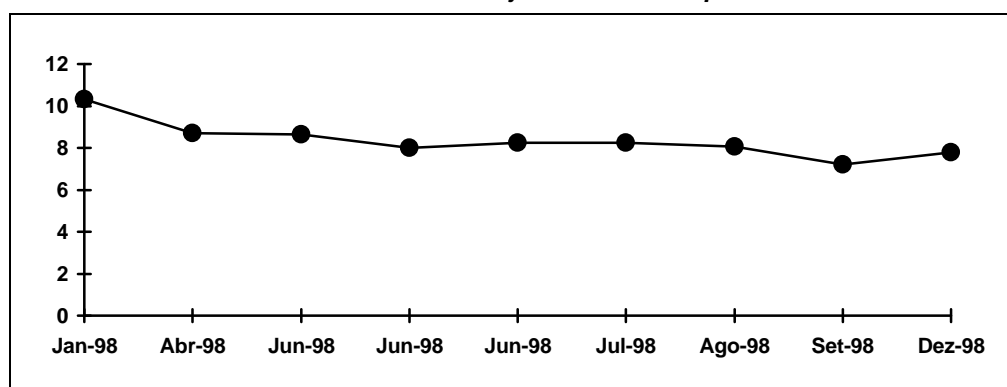
Fonte: B.C.V.

### **BT a 182 dias - taxas de juro no mercado primário**

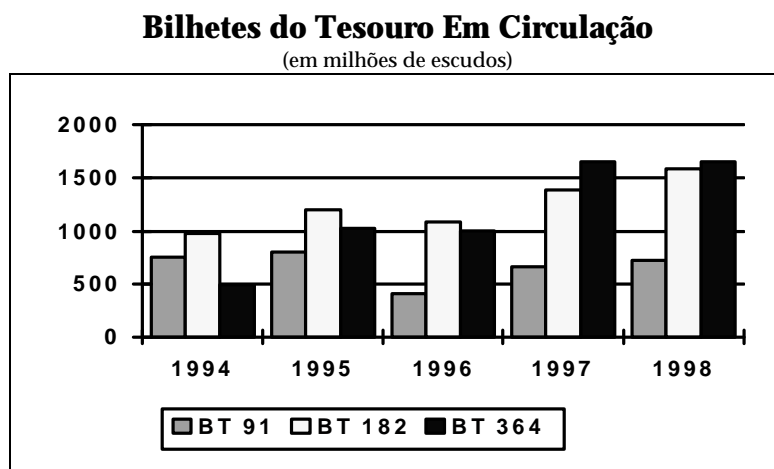


Fonte: B.C.V.

### **BT a 364 dias - taxas de juro no mercado primário**



Fonte: B.C.V.



Fonte: B.C.V.

Durante o ano de 1998 não houve qualquer recurso à emissão de Obrigações do Tesouro.

## **4 - Actividades das Instituições Financeiras**

### **4.1 - Sector Bancário**

Durante o ano de 1998 foram autorizados a exercer actividade em Cabo Verde a Sucursal da Caixa Geral de Depósitos e o Banco Insular – Instituição Financeira Internacional.

Continuaram a desenvolver as suas actividades o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e a Sucursal do Banco Totta & Açores, todos sediados na Praia.

A cobertura bancária do país teve uma melhoria significativa com o número de balcões abertos ao público a aumentar de 17 para 25. O número de empregados por balcão ronda em média 21,9.

#### **4.1.1. Análise da Estrutura Patrimonial e Financeira**

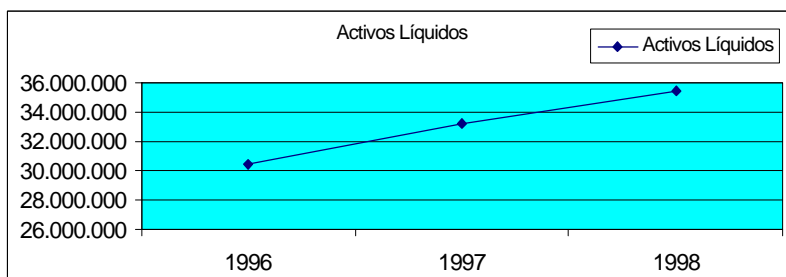
A situação patrimonial do sistema, referente ao triénio 96/98, encontra-se reflectida nas principais rubricas do Balanço agregado do sistema, que a seguir se insere:

(Unidade: Contos)

	1996	1997	1998	1997/1996 Variação		1998/1997 Variação	
				Valor	%	Valor	%
<i>Disponibilidades</i>	7.098.633	6.984.217	7.130.842	157.945	-1,61	146.625	2,10
Crédito	8.904.684	9.869.321	11.413.789	963.638	10,83	1.545.468	15,663
Crédito Vencido	1.179.769	3.116.584	2.464.167	1.936.816	164,1	652.417	-20,91
Provisões p/Cred. Vencido	651.306	1.094.851	1.196.420	443.545	68,1	101.569	9,2
Títulos de Investimento	8.694.110	10.904.458	9.802.499	2.210.348	25,4	1.102.959	11,2
Activos Líquidos	30.450.475	33.198.633	35.471.754	2.882.876	9,03	2.273.121	6,85
Depósitos	25.397.413	27.223.771	28.515.205	2.093.012	7,19	1.291.434	4,74
Recursos de Inst. Credito	979.062	947.345	883.899	49.329	-3,24	63.446	-6,70
Recursos próprios	2.305.529	2.675.556	3.392.460	370.027	16,05	716.905	8,06

O volume total de actividade dos bancos em 1998, quando medido pelos activos líquidos totais do sistema, regista um crescimento na ordem dos 6,85%, valor ligeiramente inferior ao registado no período de 1996/97 (9,03%). Essa desaceleração ficou a dever-se à redução na carteira de títulos de investimentos e à melhoria evidenciada na carteira de crédito vencido.

As aplicações em títulos registaram um decréscimo (em 11,2 %) e o crédito vencido ao longo do triénio, passou de 3,1 milhões de contos para 2,4 milhões de contos.



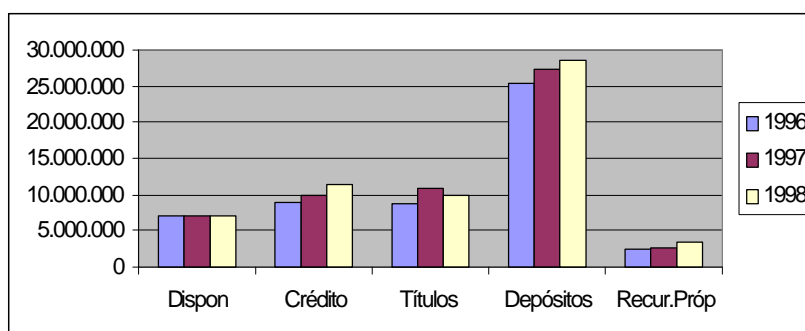
O crédito concedido registou, em 1998, uma taxa de crescimento de 15,6 por cento. Este crescimento justifica-se pela forte pressão que continua a registar-se na procura e pelo facto de as instituições agirem no sentido da sua satisfação. Por outro lado, terão contribuído para essa evolução a ligeira redução registada nas taxas de juro nominais e a aceleração da actividade económica evidenciada durante o referido período.

O dinamismo evidenciado pela actividade creditícia dos bancos reflecte a mudança verificada quanto aos destinatários do crédito, que privilegia o crédito ao sector privado não financeiro em relação ao financiamento do sector público administrativo.

No que diz respeito ao passivo, os depósitos dos clientes continuaram a registar um crescimento positivo ao longo dos últimos 3 anos. Contudo, de 1997 a 1998 este crescimento foi menos acentuado que no período 1996/97, passando de 7,19% para 4,74%.

Este abrandamento explica-se, essencialmente, pela transferência para o Banco de Cabo Verde de grande parte dos saldos de contas de Organismos do Estado, anteriormente sediadas nos bancos comerciais.

As rubricas do Balanço que registaram alterações mais significativas, no período em análise, estão evidenciadas no gráfico seguinte:



#### 4.1.2. Análise de Resultados

Os resultados líquidos totais dos bancos a operar no país registaram um forte crescimento, assegurando uma subida de rendibilidade dos capitais investidos no sector.

Em 1998, os resultados líquidos totais do sistema bancário foram de 690 milhões de escudos, contra 363,5 milhões de escudos verificados no ano anterior.

Para este resultado contribuiu a redução evidenciada na carteira de crédito vencido, o que eventualmente poderá ser decorrente de uma acção sobre a própria carteira, quer através dos tribunais quer por via de pressão sobre os clientes.

(Unidade: contos CVE)

Demonstração de Resultados	1996	1997	1998	Δ% 97/96	Δ% 98/97
1. Juros e Proveitos Equiparados	1.883.832	2.334.282	2.633.748	26,96	12,83
. De Crédito	1.093.864	1.350.090	1.725.459		
. De Títulos	716.750	901.308	834.885		
. Outros	73.218	82.884	73.504		
2. Lucros de op. Financeiras	500.457	3.457.220	924.980	590,81	-73,24
3. Outros Proveitos Operacionais	643.727	594.774	949.997	-8,23	59,72
4. Ganhos Extraordinários	128.995	50.359	75.623	-156,15	50,17
<i>Soma</i>	3.157.011	6.436.635	4.584.348	103,8	-40,06
1. Juros e Custos Equiparados	1.321.020	1.166.434	1.129.137	-13,25	-3,20
. De Depósitos	1.226.400	1.087.074	1.029.965		
. Outros	94.620	79.360	99.172		
2. Prejuízos de Op. Financeiras	111.890	3.217.329	764.785	96,25	-76,23
3. Custos Fixos	678.302	745.819	893.296	9,05	19,77
4. Outros Custos Operacionais	19.719	23.748	26.976	16,68	13,59
5. Perdas Extraordinárias	29.949	18.047	138.579	-65,94	667,8
<i>Soma</i>	2.160.880	5.171.377	2.952.733	58,21	-42,56
CASF FLOW	996.131	1.264.258	1.631.575	21,28	28,95
Amortizações do Exercício	159.285	180.873	491.152	11,94	171,55
Provisões do exercício	391.100	720.877	424.814	45,75	-41,07
Resultados antes de impostos	445.746	363.508	715.609	-22,61	137,11
Impostos s/ Resultado Exercício	13.524	0	25.530		
Resultado do Exercício	432.220	363.508	690.079	-18,9	137,11

Outros proveitos operacionais = comissões + reposição e anulação de provisões + outros proveitos de exploração

A margem financeira (juros e proveitos equiparados – juros de custos equiparados) aumentou 28,8 % em 98, como resultado do aumento dos juros recebidos e da diminuição dos juros pagos pelos bancos.

Não obstante terem registado um ligeiro decréscimo quando comparados com o ano de 1997, os juros provenientes de aplicações em títulos (obrigações e bilhetes de tesouro) atingiram o valor de 834.885 contos, contribuindo de modo significativo no resultado total do sistema.

Relativamente a 1998 estes valores assumem particular importância se se considerar que os rendimentos gerados por operações estritamente bancárias (os juros de crédito interno + os de outros juros) no montante de 1.798,9 milhões de escudos, foram insuficientes para cobrir os encargos com os juros e custos equiparados (1.129,1 milhões de escudos) adicionado das amortizações de exercício (491,1 milhões de escudos) e das provisões (424,8 milhões de escudos).

A margem de juros ascendeu a 1.504,6 milhões de escudos, em Dezembro de 1998, e o índice de cobertura dos gastos administrativos pela margem de juros situou-se em 59,3%.

Sublinhe-se o cumprimento dos rácios prudenciais de coberturas e de liquidez e o facto, muito positivo, de o rácio de solvabilidade para o sistema ultrapassar os 10% fixados nos termos do Aviso nº13/93, o que pode ser considerado como um elemento inspirador de alguma segurança.

#### **4.1.3. Indicadores do Sistema Bancário**

	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Margem de Juros	562.812	1.167.848	1.504.611
Taxa de Juro Média Activa	13,02%	13,28	12,97
Taxa de Juro Média Passiva	7,2%	7,4	6,41
Diferencial das Taxas	5,2%	5,8	6,56
Meios Libertos(1)	982.607	1.265.258	1.606.045
Volume de Actividades(2)	29.096.875	33.028.633	34.846.318
Juros e Pro.Equip./ Volume de Actividades(%)	6,4	7,06	7,6
Juros e Cust..Equip./ Volume de Actividades(%)	4,5	3,5	3,2
Meios libertos/ Volume de Actividades(%)	3,3	3,5	4,6
ROA = Resultados líquidos/activo médio		1,14	2,01
ROE = Resultados líquidos/capitais próprios médios		14,6	22,7

**Notas: (1) Resultados + dotações para amortizações e provisões**

(2) Corresponde ao activo deduzido das contas diversas

(3) As taxas activas e passivas foram liberalizados. Esses foram valores conseguidos com base nas taxas praticadas pelos Bancos

Apesar de se verificar uma certa estabilidade no comportamento de alguns indicadores, são notórias as alterações positivas observadas nos meios libertos e o volume de actividades.

A rendibilidade do sistema, medida pelos rácios entre os resultados líquidos e o activo médio – ROA e entre os resultados líquidos e os capitais próprios médios – ROE, aumentou significativamente em 1998.

A rentabilidade líquida do activo aumentou de 1,14 por cento em 1997 para 2,01 por cento em 1998, enquanto a rentabilidade líquida dos capitais próprios se situou em 22,7 por cento em 1998, que compara com 14,6 por cento em 1997.

Em síntese, concluir-se-á que, estando, naturalmente, a banca condicionada à situação global da economia de Cabo Verde, a introdução de títulos de dívida pública continua a proporcionar ao Sistema Bancário um aumento significativo de proveitos, o que melhora a respectiva rentabilidade. O acréscimo no crédito e a redução da carteira do crédito mal parado contribuíram para o acréscimo da rentabilidade do sistema, o que evidencia um esforço na recuperação do crédito irregular e reflecte positivamente nos indicadores económicos e financeiros.

## **4.2. SECTOR SEGURADOR**

Em 1998 foram dados passos importantes no processo de reestruturação legislativa do sector segurador, iniciada em 1997.

Neste capítulo foram publicados diplomas e avisos do Banco de Cabo Verde, dos quais se referem:

- Decreto- Lei n.º 88/97 de 31 de Dezembro que altera as tarifas do Seguro Obrigatório Automóvel;
- Aviso n.º 1/98 que introduz o novo Plano de Contas;
- Aviso n.º 5/98 que aprova a Apólice Uniforme para o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel.

No que concerne à tarifa do S.O.A., que já vinha vigorando desde 1989, o significativo ajustamento que ela sofreu teve reflexos bastante positivos na carteira das seguradoras, contribuindo para equilibrar a exploração do ramo automóvel obrigatório.

As Contas das seguradoras, relativas ao exercício de 1998, foram apresentadas, pela 1ª vez, segundo as normas de um Plano de Contas concebidas pela Autoridade de Controlo, facto que permite maior rigor na consolidação das contas.

A essas alterações introduzidas e outras por introduzir deve necessariamente corresponder uma reformulação de mecanismos de informação e de estrutura de dados estatísticos necessários para analisar a evolução do mercado segurador e das suas práticas.

#### 4.2.1. Actividade Global

Após vários anos de crescimento moderado e de um ligeiro decréscimo em 1997 (1.35%), o ano de 1998 foi caracterizado por um aumento de prémios relativamente acentuado.

O volume de prémios do sector segurador foi, em 1998, de 816,342 mil contos, o que representou um acréscimo de 23.80 % em relação ao ano anterior.

(Em contos)

RAMOS	PRÉMIOS							
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Tx. Cresc.97/98
<b>VIDA</b>				23.180	14.077	14.817	16.121	9.00%
<b>ACIDENTES E DOENÇA</b>	56.301	50.815	56.371	60.000	92.555	94.978	102.522	9.94%
<b>INCÊNDIO E OUTROS DANOS</b>	36.440	31.554	33.398	31.784	38.452	61.253	76.617	25.00%
<b>AUTOMÓVEL</b>	118.960	133.094	173.556	190.266	234.817	226.449	325.321	44.00%
<b>TRANSPORTES</b>	127.253	180.131	153.264	161.344	211.090	224.219	237.558	5.94%
<b>RESPONSABILIDADE CÍVIL</b>	31.915	27.674	40.339	34.060	35.276	16.671	18.537	11.19%
<b>DIVERSOS</b>	5.107	62.270	44.115	105.325	42.122	20.993	39.666	89.00%
<b>TOTAL</b>	<b>375.976</b>	<b>485.538</b>	<b>501.043</b>	<b>605.959</b>	<b>668.389</b>	<b>659.380</b>	<b>816.342</b>	<b>23.80%</b>

Fontes: I.S.C.V. e B.C.V.

A produção do ramo automóvel, que totalizou 325,321 mil contos, foi a grande responsável por este crescimento. Com efeito, este ramo registou um aumento da ordem dos 44 %.

Em termos de produção, o ramo vida continua, ainda, a ocupar as últimas posições.

Em 1998, a estrutura da carteira de prémios, pelos diversos ramos ficou a ser a seguinte:

RAMOS	ESTRUTURA % 1998
<b>VIDA</b>	<b>1.97</b>
<b>ACIDENTE E DOENÇA</b>	<b>12.56</b>
<b>INCÊNDIO E OUTROS DANOS</b>	<b>9.39</b>
<b>AUTOMÓVEL</b>	<b>39.85</b>
<b>TRANSPORTES</b>	<b>29.10</b>
<b>RESPONSABILIDADE CÍVIL</b>	<b>2.27</b>
<b>DIVERSOS</b>	<b>4.86</b>



## **A - Ramo Vida**

O Ramo vida apresentou um acréscimo de 0.28 %, mais 1,304 contos em relação ao ano anterior, mantendo uma representatividade pouco significativa na estrutura da carteira, de apenas 1.97%, o que indica claramente que no nosso país não está ainda enraizada a ideia da necessidade desse seguro como o único que cumpre a missão de garantir protecção e segurança quanto às consequências financeiras dum acontecimento inesperado.

## **B - Ramo Não Vida**

Os ramos Não Vida apresentaram, em 1997, um decréscimo de 1.49% e, em 1998, apresentaram um crescimento de 24.15%, valor bastante superior ao registado nos últimos anos.

Analisando o crescimento ao nível de cada um dos Ramos, verifica-se que os Ramos Diversos, Automóvel e Incêndio e Outros Danos em Coisas, foram os que apresentaram as maiores taxas, respectivamente 89%, 44% e 25%.

Resume-se de seguida o comportamento de cada um dos seus ramos:

### ***b1) Ramo Acidentes e Doença***

No Ramo Acidentes e Doenças, cujo crescimento em 1998 foi de 9.94%, foi o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho que explicou grande parte do crescimento registado. Este ramo tem apresentado ao longo dos últimos anos taxas de sinistralidade muito baixas e por isso é necessário ajustar as tarifas aos riscos correspondentes. É de realçar que as tarifas do SOAT não foram actualizadas desde 1978.

### ***b2) Ramo Incêndio e Outros Danos em Coisas***

Este grupo de modalidades de seguro, englobando cerca de quinze modalidades, cresceu 25%, em 1998, sendo este crescimento obtido à custa de uma forte contribuição do Ramo Incêndio e do Ramo Riscos Múltiplos.

### ***b3) Ramo Automóvel***

No Ramo Automóvel, não podemos deixar de referir o elevado crescimento, 44%, devido principalmente ao significativo ajustamento tarifário e ao aumento do parque automóvel. A sua representatividade na carteira de prémios passou de 34.34%, em 1997, para 39.85%, em 1998, sendo portanto o que movimenta maior encaixe de prémios.

#### ***b4) Ramo Transportes***

O seguro do Ramo Transportes cumpre, uma vez mais, a tendência dos ramos não vida, com um crescimento, em 1998, de aproximadamente 6%. É o ramo mais importante depois do Automóvel. Dentro deste ramo, o Seguro de Aeronaves (cascos) e o das Mercadorias Transportadas foram os que apresentaram maior peso.

#### ***b5) Ramo Responsabilidade Civil***

O seguro de responsabilidade civil tem sido marcado por uma evolução bastante instável, alternando taxas de crescimento negativas (1993, 1995 e 1997) com taxas de crescimento positivas (em 1994, 1996 e 1998). Em termos de estrutura da carteira não vida ocupou, nos últimos dois anos, a última posição.

#### ***b6) Ramo Diversos***

Este Ramo foi o que exibiu maior taxa de crescimento (89%). O crescimento deste Ramo deve-se essencialmente ao dinamismo do Ramo Cauções, ao que não são estranhos um conjunto de factores, deste os fortes níveis de investimentos que se têm registado no País até às dificuldades de crédito sentidas por algumas empresas e que estimula certas áreas de negócio (cauções por exemplo).

### **4.2.2. Sinistralidade**

A diminuição de 23% registado na taxa de sinistralidade global é essencialmente consequência da diminuição de sinistralidade registada no Ramo Automóvel e no Ramo Transportes.

Nos quadros que se seguem pode-se constatar a taxa de sinistralidade global e a taxa de sinistralidade dos três maiores ramos.

INDEMNIZAÇÕES OU CUSTOS COM SINISTROS/ PRÉMIOS 1998	
AUTOMÓVEL	57,18%
TRANSPORTES	19,76%
ACIDENTES E DOENÇA	16,78%

## TAXA DE SINISTRALIDADE GLOBAL

(em milhares de ecv)

ANOS	PRÉMIOS	INDEMNIZ.	INDEM / PRÉMIOS
1992	375.975	181.658	48%
1993	485.538	219.397	45%
1994	501.043	225.270	45%
1995	605.959	254.048	42%
1996	668.389	304.562	46%
1997	659.380	395,164	59%
1998	816.342	292.663	36%

### 4.2.3. Aspectos Financeiros

#### 4.2.3.1. Provisões Técnicas

Em 31/12/98 as provisões técnicas totais do seguro directo ascendiam a 552,281 milhões de escudos.

Das provisões técnicas, assume particular relevância a provisão para sinistros, que em 1998 representava 88% da totalidade das provisões técnicas.

(Em milhões de escudos)

PROVISÕES TÉCNICAS	
Provisão matemática do ramo vida	19.620.139,00
Provisão para risco em curso	47.177.315,00
Provisão para sinistros	
De vida	518.193,00
De acidentes de trabalho	89.892.875,00
De automóvel	264.652.808,56
De outros ramos	130.419.690,30
Provisão para desvio de sinistralidade	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>552.281.020,86</b>

#### 4.2.3.2. Investimentos

As aplicações relativas ao conjunto da actividade foram, durante o exercício de 1998, de 598,574 milhões de escudos.

Dos investimentos realizados merecem especial referência os títulos do Estado que representaram 57% do total investido.

(Em milhões de escudos)

<b>INVESTIMENTOS</b>	
Terrenos e Edifícios	113.092.794,60
Títulos do Estado	345.334.628,30
Depósitos Bancários	140.147.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>598.574.422,90</b>

#### **4.2.3.3. - Margem de solvência**

O montante da margem de solvência a constituir em 1998 pelas empresas de seguros ascendeu a 182 mil contos, como se pode observar no quadro seguinte:

(Em Contos)

<b>Margem de Solvência</b>	
<b>Actividade Vida</b>	<b>1.130</b>
<b>Actividade Não Vida</b>	<b>181.642</b>
<b>TOTAL</b>	<b>182.772</b>

## **P A R T E   I I**

### **R E L A T Ó R I O   E   C O N T A S**

#### *Capítulo I*

#### **ÓRGÃOS DO BANCO**

##### **GOVERNADOR**

*Oswaldo Miguel Sequeira*

##### **VICE-GOVERNADOR**

*António Hilário da Cruz*

##### **ADMINISTRADORES**

*Vasco Pedro Monteiro Marta*

*Maria da Encarnação Alves da Silva Rocha*

## ***CAPÍTULO II***

### **ACTIVIDADES DO BANCO**

No quadro das competências atribuídas ao BCV e constantes da sua Lei Orgânica, passa-se a destacar, neste Capítulo, os aspectos mais importantes no âmbito da Organização e Gestão Internas.

#### ***2.1- Execução da política monetária***

A condução da política monetária em Cabo Verde tem sido efectuada no sentido da manutenção dos principais equilíbrios macro-económicos com destaque para a estabilidade monetária visando o controlo da inflação e a defesa das contas externas do país. Deste modo, a política monetária vem sendo exercida essencialmente através da Programação Monetária, assente no enquadramento do crédito à economia, tendo em vista a sua repartição de forma racional e útil à actividade económica, com base em critérios flexíveis de dimensão e dispersão geográfica.

Recorre-se também e com mais frequência, à utilização de mecanismos indirectos do controlo monetário, quais sejam a taxa de redesconto do banco central, a taxa de juro das obrigações do Tesouro e as Disponibilidades Mínimas de Caixa.

Tendo em conta a necessidades de fazer face às pressões inflacionistas observadas em 1997, optou-se por uma orientação mais restritiva na definição do Programa Monetário para 1998, compreendendo, nomeadamente, a manutenção de um crescimento moderado da massa monetária (M2) por forma a diminuir eventuais pressões sobre as reservas externas.

A par do acompanhamento do Programa Monetário, o controlo e gestão da dívida pública interna e da liquidez do sistema bancário constituíram a outra vertente privilegiada.

O BCV prosseguiu também com os objectivos no que se refere à produção da informação estatística e da elaboração de análises da economia caboverdiana, particularmente na vertente da política monetária, financeira e cambial e do sistema financeiro. Deste modo foram elaborados boletins mensais e trimestrais de estatísticas monetárias, financeiras e cambias e de conjuntura económica.

Em matéria de política cambial, deve-se destacar o facto do regime cambial caboverdiano ter assumido novos contornos a partir de meados do 1º semestre de 1998, passando a moeda cabo-verdiana a estar ligada ao escudo português numa base de paridade fixa ( $1\text{PTE} = 0,55\text{CVE}$ ), substituindo, assim, o cabaz de moedas até então adoptado como referência no estabelecimento das taxas de câmbio.

#### ***Regime Cambial e Gestão das Reservas Externas***

As actividades desenvolvidas, quer na área das operações cambiais e gestão do regime cambial, quer na área de política de crédito e controlo da actividade creditícia do sistema bancário continuaram tendo por fundamento principal a execução da política cambial, de conformidade com as atribuições do banco central, isto é, de assegurar os equilíbrios internos e externos da economia nacional.

Durante 1998, estas actividades ganharam uma acuidade adicional tendo em conta os propósitos do Governo na materialização da convertibilidade do escudo cabo-verdiano, bem como os compromissos assumidos e decorrentes da implementação do programa de stand-by assinado com o FMI.

Com o acordo de cooperação cambial, assinado entre Cabo Verde e Portugal, garantindo a convertibilidade da moeda cabo-verdiana, esta passou de novo a um regime cambial de vinculação a uma só moeda - o escudo português, numa base de paridade fixa, processo esse que veio introduzir uma maior estabilidade cambial à nossa moeda. Para suportar o valor externo da nossa moeda, tendo em conta o novo regime de taxas de câmbios fixos, o Banco de Cabo Verde interveio no mercado regularmente ao longo do ano cedendo divisas às várias instituições de crédito, para a realização de operações de suporte às importações do país.

No sentido de dar corpo ao novo cenário monetário-cambial, desenvolveram-se as seguintes actividades:

- ⇒ A publicação de avisos e outras instruções técnicas para a regulamentação da nova lei cambial;
- ⇒ A realização de operações de cedência de divisas às instituições de crédito, no montante global de 32,3 milhões de dólares;
- ⇒ A realização das operações no mercado monetário e cambial;
- ⇒ As transacções por conta do Tesouro - serviço da dívida externa, quotas de organismos internacionais e projectos;
- ⇒ As ordens de pagamentos recebidas do exterior, correspondendo a 3.696 ordens executadas;
- ⇒ O início da operacionalização da central de riscos de crédito, com a recolha e tratamento da informação proveniente do sistema. À data de 31 Dezembro foram recebidas e trabalhadas 10.127 fichas;
- ⇒ A implementação do preçário de serviços prestados pelo banco;
- ⇒ A realização de anúncios de leilão de Bilhetes de Tesouro;
- ⇒ Edição de um boletim de efeitos de protestos;
- ⇒ A redução do numero de correspondentes adequando-o a uma gestão mais eficiente das reservas cambiais.

### **2.3 - Relações Internacionais**

Ao longo de 1998, o Banco de Cabo Verde fez-se representar nos seguintes eventos:

**No Âmbito Regional:**

- O BCV tomou parte na 4ª Reunião Anual dos Supervisores dos bancos da África Ocidental e Central , Yaoundé, Camarões, 4 a 6 de Fevereiro;

### ***No quadro das relações com os PALOP:***

- Encontro dos Governadores e quadros superiores dos bancos centrais dos PALOP promovido pelo Banco de Moçambique – Maputo, 16 a 18 de Janeiro;
- O Banco de Cabo Verde participou nas comemorações do aniversário do banco central de S. Tomé e Príncipe – 23 de Agosto a 4 de Setembro;
- VI Encontro dos juristas bancários dos PALOP – Angola, 2 a 4 de Setembro;
- Foi recebida uma delegação do Banco Central de S. Tomé e Príncipe no período de 3 a 10 de Dezembro, com vista a conhecer a experiência do BCV em matéria de organização contabilística e do sistema de pagamentos

### ***Relações com o FMI e o Banco Mundial:***

- Missão de assistência técnica do sr. Moisés Barli, do departamento de Estatísticas do FMI, na área da balança de pagamentos, por um período de três meses, com a início a 22 de Abril;
- Realização da missão de consulta anual do FMI no âmbito do artigo IV dos Estatutos daquele organismo internacional;
- Seminário sobre a supervisão bancária organizado conjuntamente pelo Banco Mundial e pela Comissão Bancária de Paris – Paris, 21 Setembro a 02 Outubro;
- Assembleia Anual conjunta do FMI/Banco Mundial – Washington, 2 a 12 de Outubro;

### ***Cooperação com o Banco de Portugal***

- Participação nos cursos ministrados pelo Banco de Portugal:
  - Estatísticas da Balança de Pagamento;
  - Operações com o exterior e mercado cambial;
  - Indicadores e estatísticas de conjuntura;
  - Supervisão do sistema bancário;
  - Controlo indirecto;
  - Administração de bibliotecas e centro de documentação.
- Estágio sobre regulamentação e licenciamento de offshores financeiros, organizado pelo Banco de Portugal no período de 30 de Março a 3 de Abril;



- Várias deslocações a Portugal no quadro das negociações do Acordo de Cooperação Cambial para a convertibilidade do escudo cabo-verdiano
- 8º Encontro das delegações dos Bancos Centrais dos PALOP e de Portugal, à Assembleia Anual do FMI/Banco Mundial - Lisboa, 26 a 30 de Setembro.

### **Outros**

- Seminário Internacional sobre o EURO promovido pelo grupo Mundial Confiança de 22 a 24 de Maio;
- Estágio oferecido pelo Instituto de Seguros de Portugal na área da supervisão da actividade seguradora no período de 30 de Março a 3 de Abril;
- Estágio oferecido pelo Banco de França na área da política monetária, indicadores monetários, gestão das taxas de câmbio, etc, no período de 7 a 30 de Maio;
- Participação no curso sobre fraude e branqueamento de capitais promovido pela Confer Fórum em Lisboa, 26 a 27 de Novembro;
- Deslocação ao Reino Unido (De La Rue Currency) para assuntos relacionados com o fabrico de uma nova família de notas, 22 a 28 de Novembro;
- Participação na XI Reunião da Comissão Mista Cuba/Cabo Verde – Havana, 26 a 30 de Novembro;
- Várias missões à UNICRE e à SIBS – Sociedade Interbancária de Bens e Serviços, no âmbito do projecto de desenvolvimento do Sistema de Pagamentos.

## **2.4 – Emissão Monetária**

### **Notas**

Considerando o estudo de stock para atender não só as necessidades do consumo mas também a substituição das notas incapazes e reforçar a segurança, foi avançada uma proposta de renovação da actual família de notas.

Na nova família, é dado como certa a introdução de dois novos valores - 2.000\$00 e 5.000\$00.

Nesse sentido, foi apresentado e aprovado pelo CA a proposta de fabrico de novas notas de banco, para Cabo Verde. Considerado o stock existente, a opção foi por uma substituição paulatina das actuais cédulas .

### **Moedas**

Considerando que a colocação da nota de 100\$00 já não era mais rentável face aos custos, esta nota foi sendo substituída por emissão de moedas. Este esforço de colocação ultrapassou as expectativas e o BCV viu-se obrigado a reforçar o stock .

## **2.5 - Supervisão das Instituições Financeiras**

### **2.5.1 -Supervisão das Instituições Bancárias**

Com a entrada em vigor do novo Plano de Contas para o Sistema Bancário manteve-se o princípio de diálogo permanente com as instituições tendo em vista dar satisfação às necessidades sentidas de colmatar lacunas decorrentes da implantação do Plano. Assim, com o apoio técnico do Banco de Portugal, fez-se a avaliação do grau de implementação do Plano e a identificação dos principais constrangimentos, bem como a elaboração de propostas de soluções.

A análise e o acompanhamento da actividade à distância das instituições financeiras, através da informação por elas reportadas, constitui uma tarefa de grande relevância na actividade de supervisão.

Em 1998 registou-se com alguma satisfação a informatização da maior parte das instituições o que veio permitir reduzir o tempo de espera para recebimento da informação, particularmente as de natureza contabilística e prudencial.

O acompanhamento da actividade das instituições decorreu normalmente, com a produção de relatórios sobre a actividade de cada uma das instituições em particular, bem assim a análise agregada de informação relativa às instituições no seu conjunto.

Regista-se o pedido de autorização da Caixa Geral de Depósitos, S.A. para, em parceria com nacionais, constituir um banco de raiz e direito caboverdiano, a designar Banco Interatlântico. O Departamento fez a análise e o acompanhamento do pedido e emitiu o respectivo parecer.

Sublinhe-se ainda o registo de uma Sociedade Financeira Internacional denominada Banco Insular.

Regista-se as inspecções efectuadas às instituições de crédito, bem como o apoio a actividades ditas de inspecção desenvolvidas por outras Unidades Orgânicas do Banco com destaque para as relacionadas com os atrasados de pagamentos sobre exterior.

Ao longo do ano foram produzidos um conjunto de Projectos de Leis, Decretos-Leis e Portarias, dos quais se destacam:

- Proposta de alterações à Lei que Regula a Constituição, o Funcionamento e a Actividade das Instituições de Crédito e Próbancárias;
- Proposta de alteração à Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde;
- Projecto de Decreto-lei que Regulamenta o Fundo de Garantia de Depósitos;

- Proposta de Alteração ao Diploma que Regula as Sociedades de Locação Financeira;
- Proposta de Alterações ao Diploma que Regula as Sociedades de Investimento;
- Proposta de Alterações ao Diploma que Regula as Sociedades de Desenvolvimento Regional;
- Proposta de Alterações ao Diploma que Regula as Agências de Câmbio;
- Projecto de Diploma que Regula as Sociedades de Investimento – “Factoring”;
- Projecto de Diploma que Regula as Sociedades Financeiras para Aquisição a Crédito;
- Projecto de Diploma que Regula as Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartão de Crédito;
- Projecto de Diploma que Regula as Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões;
- Projecto de Decreto Lei Instituído na Ordem Jurídica de Cabo Verde o Instituto da Alienação Fiduciária em Garantia;
- Projecto de Decreto-Lei sobre Supervisão em Base Consolidada;
- Projecto de Decreto-Lei que Define o Regime das Cooperativas de Crédito;
- Projecto de Portaria que Define o Capital Social mínimo das Instituições de Crédito e Praticantes em Cabo Verde.

#### ***Projectos de Avisos:***

- Instituições objecto da Supervisão;
- Fundos Próprios;
- Limites à concentração de riscos de crédito e afins;
- Participações das instituições de crédito em outras sociedades;
- Provisões;
- Aquisição obrigatória de Títulos da Dívida Pública;
- Cobertura do activo imobilizado;
- Liquidez, cobertura de responsabilidade e reservas de caixa;
- Rácio de solvabilidade;
- Limites à participação no capital das instituições de crédito;
- Informação a prestar pelas instituições à clientela;
- Sistema de controlo interno das instituições;
- Fixação do Valor da Contribuição Inicial para o Fundo de Garantia de Depósitos;
- Regulação do Pedido de Adesão ao Fundo de Garantia de Depósitos de Instituições com Sede no Estrangeiro;
- Fixação do Montante Limite da Garantia no âmbito do Fundo de Garantia de Depósitos;
- Regulamento dos Cartões de Pagamento;
- Operações e Riscos Cambiais.

Um Manual com a sistematização de toda a informação legislativa e normativa sobre o sector está em fase de preparação.

### **2.5.2 - Área de Supervisão de Outras Instituições:**

No quadro da cooperação com o Instituto de Seguros de Portugal levou-se a cabo um curso de capacitação ligado à problemática de Contabilidade e interpretação do Plano de Contas, ministrado aos quadros do Departamento da Supervisão e das Companhias de Seguro.

Em cooperação com o Instituto de Seguros de Portugal, um conjunto de diplomas foram já elaborados, destacando-se:

- Decreto-Lei, Portaria e Aviso que regulam o sistema de garantias financeiras (capital mínimo, provisões técnicas, margem de solvência e fundo de garantia), revistos e remetidos ao Governo para efeitos de aprovação pela 2ª vez.
- Publicação do Decreto-Lei que revê as tarifas do Seguro Obrigatório Automóvel, seguido de encontros de esclarecimento com os vários interessados nessa problemática, nomeadamente, as Seguradoras, a Polícia de Ordem Pública, DG Transportes Terrestres, Operadores de Transportes, etc.
- Aprovação pelo Conselho de Administração do Banco e posterior remessa ao Secretariado do Conselho de Ministros para publicação do Aviso que aprova a Apólice Uniforme para o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel.
- Apresentação de um Plano de exploração do ramo vida cujo projecto definitivo se encontra em fase final de elaboração.
- Apresentação do Ante-Projecto de Decreto-Lei relativo à falta de Pagamento de prémios de Contrato de Seguro. O Projecto, após absorção das contribuições das Seguradoras e do Deptº. Supervisão, será proximamente submetido à apreciação do C. A . do Banco de Cabo Verde visando o seu envio ao Governo.
- O Projecto de Diploma relativo às atribuições do Banco de Cabo Verde no Sector Segurador, após pequenos ajustes, foi de novo remetido ao Governo, tendo em vista o pedido á Assembleia Nacional de autorização legislativa.

O acompanhamento e análise da actividade das seguradoras não se processaram com a regularidade que seria desejada, contudo, editou-se um boletim informativo da actividade seguradora cuja periodicidade se deseja semestral e visando levar ao conhecimento dos interessados informações diversas sobre a actividade da indústria seguradora em Cabo Verde.

Contribui-se para a elaboração do relatório anual sobre o sistema financeiro, com análise de dados disponíveis sobre a evolução dos principais indicadores da actividade seguradora.

Levou-se a cabo uma inspecção geral à Garantia, tendo em vista um melhor conhecimento da actividade da companhia bem como propiciar treinos de integração e capacitação ao pessoal afecto à supervisão das seguradoras.

Outras tarefas não menos importantes foram levados a cabo, como sejam as tendentes a capacitar o Deptº. para as matérias relativas à actividade Off-Shore, bem como as relacionadas com a problemática do Mercado de Valores Mobiliários e cujo diploma relativo ao acesso e às condições do exercício de

actividade de intermediação financeira e respectivo Código de Mercado de Valores Mobiliários foram já publicados.

A componente formação e capacitação do pessoal afecto ao Deptº. mereceu atenção, destacando-se as seguintes acções:

- Estágio no Instituto de Seguros de Portugal para um técnico da Área de Outras Instituições – Seguros, com a duração de 2 meses;
- Estágio/Seminário sobre a problemática da supervisão bancária Banco Mundial/Comissão Bancária Francesa para Coordenador e um técnico - Área de Supervisão das Instituições de Crédito – duração 15 dias.
- Curso de Actuariado realizado no país e destinado a quadros da Banca, Seguros e Previdência Social de Cabo Verde – duração 4 dias.
- Seminário sobre a Actividade Seguradora, Dimensão Económica e Social em parceria com o Instituto de Seguros de Portugal.

## **2.6 - Serviços Jurídicos**

Além das actividades previamente programadas o Gabinete Jurídico desenvolveu outras exigidas pela prossecução do exercício da actividade de supervisão do Banco de Cabo Verde sobre o sistema bancário e segurador nacionais.

Das acções programadas, este Gabinete elaborou e submeteu ao Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde os seguintes projectos de diploma legal sobre:

- a) Branqueamento de capitais: tendo em conta que esta matéria é da competência da Assembleia Nacional, foi elaborada um projecto de proposta de autorização legislativa para o efeito;
- b) Projecto de decreto-lei sobre a retirada de circulação das notas do Banco de Cabo Verde com valor facial de 100\$00.

Das acções não programadas, o Gabinete Jurídico elaborou e submeteu ao Conselho de Administração:

- a) Projecto de Diploma legal sobre Operações Cambiais
- b) Operações de invisíveis correntes e de capitais
- c) Projecto de diploma legal que cria uma sociedade denominada Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, SARL;
- d) Reformulação e elaboração da nota explicativa de um projecto de diploma sobre as cláusulas contratuais gerais;

## **2.7 - Organização e Gestão Internas**

Ao longo de 1998, desenvolveram-se as seguintes actividades:

## ***Política Remunerativa***

No âmbito da política remunerativa, o DOH acompanhou a evolução das remunerações nas outras instituições e nessa base apresentou propostas de actualização salarial. Na modernização da política remunerativa, o DOH havia apostado também na criação de alguns incentivos, nomeadamente ao nível da diferenciação dos postos de trabalho. Efectivamente o departamento efectuou a actualização dos postos de trabalho mas não avançou para a criação dos incentivos na medida em que essa prática está sendo abandonada pelas instituições mais avançadas na utilização de recursos técnicos de gestão.

## ***Avaliação de Desempenho e capacitação profissional***

O DOH coordenou todo o processo de avaliação de desempenho relativo ao ano de 1997. Os resultados foram positivos nesse domínio pois, dentro do sistema integrado de gestão de RH do Banco, a avaliação de desempenho vai ser utilizada, por um lado, no processo das promoções e, por outro, ela deverá servir para a execução de outras políticas, nomeadamente da formação. Nesse domínio, alguns empregados estão frequentando um curso de língua inglesa num instituto sediado aqui na cidade da Praia, tendo conseguido bons resultados e outros beneficiaram de cursos de curta duração e estágios no exterior no âmbito da cooperação.

## ***Organização e Informática***

No domínio da organização, foi concluído o estudo do Manual de Procedimentos, no qual este departamento teve também sua colaboração, embora nesse domínio pudesse colaborar ainda mais caso tivesse técnicos qualificados nessa matéria.

Foram desenvolvidos e testados algumas aplicações informáticas nos departamentos de Estatística e Estudos Económicos (Balança de Pagamentos); Crédito e Estrangeiro (Central de Risco de Crédito) ; Contabilidade e Tesouraria (Fecho de contas).

Foi igualmente prestada assistência na instalação do software da Rede swift e equipamentos informáticos (computadores ligados em rede).

## ***Actualização de alguns Regulamentos***

O DOH elaborou algumas propostas de actualização de alguns regulamentos em vigor por forma a servir melhor as necessidades do Banco e seus empregados. Neste contexto, foi apresentado uma nova proposta de regulamento de crédito à habitação.

## ***Serviços Administrativos***

As actividades administrativas do departamento, particularmente nos domínios da assistência médica e medicamentosa, vencimentos, Crédito à Habitação e Fundo Social, foram exercidas numa perspectiva de rigor e disciplina. Contudo, devido ao volume de

solicitações e número de pessoal envolvido, associado ainda a uma forte centralização pela força dos regulamentos internos de gestão, as respostas não têm sido rápidas em alguns casos.

### ***CAPÍTULO III***

## **BALANÇO E CONTAS**

### **3.1 - Balanço e Notas Explicativas**

A situação patrimonial do Banco referente a 31 Dezembro de 1998, encontra-se reflectida no Balanço que a seguir se insere. Incluem-se, também, algumas referências visando o esclarecimento do conteúdo de algumas contas.

#### **31 DE DEZEMBRO**

<b>ACTIVO</b>	<b>1998</b>	<b>1997</b>
<b>Activos sobre o exterior</b>		
Disponibilidades e Outras Aplicações....	4.058.771.054,64	1.996.688.558,00
Crédito a não residentes.....	932.568.086,00	1.491.760.648,00
Títulos estrangeiros.....	0,00	0,00
<b>Activos sobre Organismos internacionais</b>		
Fundo Monetário Internacional.....		
Posição de reserva.....	233.651,00	233.462,00
Direitos de saque especiais.....	5.399.352,00	2.735.550,00
Participação em outros Org.internacionais.	207.970.307,00	207.970.307,00
<b>Crédito Interno</b>		
Crédito às instituições financeiras.....	361.648.668,00	519.805.035,00
Crédito ao Estado.....	5.758.117.586,95	5.758.117.587,00
Crédito a outros residentes.....	435.154.920,50	633.405.020,00
<b>Títulos Nacionais.....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Medalhística/Numismática.....</b>	<b>86.289.758,00</b>	<b>88.775.891,00</b>
<b>Imobilizado.....</b>	<b>297.303.068,00</b>	<b>288.897.268,00</b>

<b>Devedores e outros activos.....</b>	114.813.700,00	118.318.729,00
<b>Contas de Regularização.....</b>	3.985.500.334,81	2.924.065.321,11
	<hr/>	<hr/>
	16.243.770.486,90	14.030.773.376,11
	<hr/>	<hr/>

#### EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998

<b>PASSIVO</b>	<b>1998</b>	<b>1997</b>
<b>Notas/Moedas em circulação</b>	5.802.928.450,00	5.602.344.958,00
<b>Responsabilidades p/c/exterior</b>		
Responsabilidades p/c/exterior – ME		
Depósito outras responsabilidades.....	0,00	159.950.829,00
Empréstimos Outros créditos.....	550.549.504,00	0,00
Fundo Monetário Internacional		
Atribuição de Direitos de Saque	82.460.000,00	80.507.000,00
Especiais		
Responsabilidades p/c/Out. Org.	56.553.000,00	57.741.000,00
Internacionais		
Responsabilidades p/c/exterior - MN		
Responsabilidades p/c/Org.	31.929.877,00	31.929.688,00
Internacionais.....		
<b>Responsabilidades p/c/residentes</b>		
Responsabilidades p/c/residentes - ME		
Resp. p/c/Instituições Financeiras.....	19.944.146,00	1.411.698,00
Responsabilidades p/c/Estado.....	3.033.091.385,91	49.336.337,00
Responsab. p/c/outros residentes.....	0,00	0,00
Responsabilidades p/c/residentes - MN		
Responsab. p/c/Instituições financeiras...	5.117.120.391,08	4.390.922.386,57
Responsab. p/c/Estado.....	238.556.090,52	895.309.332,00
Responsab. p/c/outros residentes.....	0,00	0,00
<b>Exigibilidades diversas.....</b>	31.616.789,30	40.774.412,30



<b>Contas de regularização.....</b>	61.965.230,30	1.852.387.402,00
<b>Provisões.....</b>	849.021.810,70	479.357.088,00
<b>Reservas.....</b>	75.134.031,00	75.134.031,00
<b>Capital.....</b>	200.000.000,00	200.000.000,00
<b>Resultados transitados.....</b>	0,00	89.173.181,00
<b>Lucro do exercício.....</b>	92.899.781,09	24.494.033,24
	<hr/>	<hr/>
	16.243.770.486,90	14.030.773.376,11
	<hr/>	<hr/>

A moeda estrangeira encontra-se valorizada ao câmbio médio do ultimo dia útil do mês de Dezembro.

A rubrica **Disponibilidades e Outras Aplicações** representa disponibilidades sobre não residentes , exigíveis a curto prazo em moeda estrangeira. Incorpora depósitos de Cabo Verde Trust Found no valor de 2 755 058 047\$00 tendo como contrapartida responsabilidades em ME, pelo mesmo montante, até a sua transferência para a entidade gestora.

A rubrica **Créditos a não Residentes** refere a aplicações no estrangeiro no âmbito de acordos de pagamentos entre Estados bem com outras aplicações de médio e longo prazos em instituições estrangeiras.

Os **Activos sobre Organismos Internacionais** referem-se a posição junto do Fundo Monetário Internacional e a participações em outros Organismos Internacionais.

#### *Fundo Monetário Internacional*

*Posição de reserva : posição activa liquida perante o FMI*

# Quota FMI - Moeda Nacional 835 877 665\$00

# Depósitos do FMI- M Nacional - Conta nº 1 (835 644 014\$00)

---

**233 651\$00**

Direitos de saques especiais no valor de 5 399 352\$00, representa 40.510 DTS, unidade de conta do Fundo Monetário Internacional.

Participações em Outros Organismos Internacionais, representa participações nos seguintes organismos:

BANCO AFRICANO DESENVOLVIMENTO 111 427 600\$00

AFREXIMBANK - BANK AFRIC. DÉXPORT. IMPORT 86 500 000\$00

*Encontra-se realizado 40% do valor subscrito pelo Banco*

O agregado ***Financiamento ao Estado*** refere-se a protocolos de financiamentos assinados com o Estado de acordo com o estipulado na Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde.

A rubrica ***Créditos a Outros Residentes*** inclui créditos de natureza comercial que por força do protocolo de separação do Banco - transferência de activos e passivos para o BCA - ficaram no Banco de Cabo Verde. Encontram-se cobertos de provisão em cerca de 83 %.

A rubrica ***Imobilizações*** apresenta a seguinte desagregação:

	ACTIVO	AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO
IMÓVEIS AO SERVIÇO PRÓPRIO	219 822 077\$00	100 966 758\$00	118 915 319\$00
OUTROS IMOVEIS	100 253 585\$00	8 523 105\$00	91 730 480\$00
EQUIPAMENTO:			
MOBILIÁRIO E MATERIAL	48 799 985\$00	23 585 472\$00	25 214 513\$00
MAQUINAS E FERRAMENTAS	38 126 536\$00	26 750 276\$00	11 376 260\$00
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	36 332 977\$00	33 670 997\$00	2 661 80\$00
INSTALAÇÕES INTERIORES	43 427 863\$00	33 368 788\$00	10 059 075\$00
MATERIAL DE TRANSPORTE	21 266 066\$00	14 430 922\$00	6 835 144\$00
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	2 895 713\$00	-	2 895 713\$00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES			
CORPOREAS	353 279\$00	-	353 279\$00
INCORPOREAS	19 091 629\$00	19 091 629\$00	-
	<b>530.429.710\$00</b>	<b>260.387.947\$00</b>	<b>270.041.763\$00</b>

A subrubrica ***Imobilizações em Curso*** apresenta a seguinte desagregação:

Imoveis	19 096 569\$00
Equipamento	8 164 736\$00

O agregado ***Contas de Regularização*** reflecte situações internas e transitórias. Apresenta a seguinte composição:

Proveitos a receber	17 884 635\$00
Despesas com custo diferido	106 488 212\$00
Outras contas internas e de regularização	2 893 574 529\$00

No passivo a rubrica ***Notas e Moedas em Circulação*** traduz valores em poder dos agentes económicos, ou seja notas, notas e moedas fora da tesouraria do Banco de Cabo Verde.

A rubrica Responsabilidades para com Organismos Internacionais Moeda Estrangeira inclui:

Atribuição de Direitos de Saques Especiais no valor de 82 460 000\$00, correspondente a 620 000 DTS.

Participação do Banco de Cabo Verde por realizar no Afreximbank no valor de 56 553 000\$00, representativo de 60% de participação de capital naquele organismo.

A rubrica ***responsabilidades para com Organismos Internacionais Moeda Nacional*** representa depósitos de organizações internacionais no Banco de Cabo Verde.

As ***Responsabilidades para com Residentes*** representam:

Depósitos de Instituições Financeiras ME no valor de 19 944 146\$00;

**Responsabilidades p/ C/ Estado ME** no valor de 3 033 091 385\$00, representando depósitos de projectos de investimentos financiados por parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde e a contrapartida do activo relativo aos depósitos da Cabo Verde Trust Found- Fundo de Estabilização da Dívida Interna no valor de 2 755 057 972\$00.

**Depósitos de Instituições Financeiras no País MN** refere-se predominantemente aos depósitos associados ao cumprimento das reservas mínimas de caixas, sendo o coeficiente em Dezembro de 1998 de 15%.

**Responsabilidades para com o Estado** referente a depósitos de projectos de investimentos, bem como os desembolsos de linhas de créditos cedidos por organismos internacionais e geridos até a separação pelo Banco de Cabo Verde.

A rubrica **Exigibilidade Diversas** refere-se essencialmente ao saldo da conta moedas retiradas de circulação C/ Banco que se traduz em responsabilidades do Banco perante terceiros detentores, enquanto não se cumprir o respectivo prazo de prescrição.

Moedas retiradas de circulação c/ Banco	31 341 440\$00
Outras exigibilidade	197 849\$00

A Rubrica **Contas de Regularização** no valor de 61 965 230\$00, compreende contas transitórias passivas. Incluem-se os saldos das seguintes contas:

Custos a pagar	5 401 470\$00
Outras contas de regularização	56 563 760\$00

Relativamente a Situação Líquida o agregado **Provisões** apresenta a seguinte segregação:

Provisões para pensões de reforma	576 431 163\$00
Provisões para pensões de sobrevivência	23 568 837\$00
Provisões p/ Tratamento exterior	34 857 709\$00
Outras provisões	214 164 101\$00

**Capital Social** no valor de 200 000 000\$00, de acordo com a Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde.

## ANÁLISE DO BALANÇO

O quadro **Balanço Comparativo** possibilita a análise da variação face ao ano anterior, dos agregados do activo e do passivo do Banco de Cabo Verde. No período verificou-se uma variação positiva de 2 212 997 110\$00 correspondente a um acréscimo de 14%.

ACTIVO	1998	1997	VARIAÇÃO
Disponibilidades e Outras Aplicações	4.058.771.054,64	1.996.688.558,00	2.062.082.496,64
Crédito a não residentes	932.568.086,00	1.491.760.648,00	-559.192.562,00
Títulos estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Fundo Monetário Internacional			
Posição de reserva	233.651,00	233.462,00	189,00
Direitos de saque especiais	5.399.352,00	2.735.550,00	2.663.802,00
Participação em outros Org.internacionais	207.970.307,00	207.970.307,00	0,00
Crédito às instituições financeiras	361.648.668,00	519.805.035,00	-158.156.367,00
Crédito ao Estado	5.758.117.586,95	5.758.117.587,00	-0,05
Crédito a outros residentes	435.154.920,50	633.405.020,00	-198.250.099,50
<b>Medalhística/Numismática</b>	86.289.758,00	88.775.891,00	-2.486.133,00
<b>Imobilizado</b>	297.303.068,00	288.897.268,00	8.405.800,00
<b>Devedores e outros activos</b>	114.813.700,00	118.318.729,00	-3.505.029,00
<b>Contas de Regularização</b>	3.985.500.334,81	2.924.065.321,11	1.061.435.013,70
	16.243.770.486,90	14.030.773.376,11	2.212.997.110,79

<b>PASSIVO</b>	<b>1998</b>	<b>1997</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
Notas/Moedas em circulação	5.802.928.450,00	5.602.344.958,00	200.583.492,00
Depósito outras respons. ext-ME	0,00	159.950.829,00	-159.950.829,00
Empréstimos Out.créditos ext-ME	550.549.504,00	0,00	550.549.504,00
Responsabilidades p/c/Org.Internacionais ME	56.553.000,00	57.741.000,00	-1.188.000,00
Atribuição de direitos de saque especiais	82.460.000,00	80.507.000,00	1.953.000,00
Responsabilidades p/c/Org.internacionais MN	31.929.877,00	31.929.688,00	189,00
Resp. p/c/instituições Financeiras ME	19.944.146,00	1.411.698,00	18.532.448,00
Responsabilidades p/c/Estado ME	3.033.091.385,91	49.336.337,00	2.983.755.048,91
Responsab. p/c/outros residentes ME	0,00	0,00	0,00
Responsab.p/c/instituições financeiras MN	5.117.120.391,08	4.390.922.386,57	726.198.004,51
Responsab.p/c/Estado MN	238.556.090,52	895.309.332,00	-656.753.241,48
<b>Exigibilidade diversas</b>	31.616.789,30	40.774.412,30	-9.157.623,00
<b>Contas de regularização</b>	61.965.230,30	1.852.387.402,00	-1.790.422.171,70
<b>Provisões</b>	849.021.810,70	479.357.088,00	369.664.722,70
<b>Reservas</b>	75.134.031,00	75.134.031,00	0,00
<b>Capital</b>	200.000.000,00	200.000.000,00	0,00
<b>Resultados transitados</b>	0,00	89.173.181,00	-89.173.181,00
<b>Lucro do exercício</b>	92.899.781,09	24.494.033,24	68.405.747,85
	16.243.770.486,90	14.030.773.376,11	2.212.997.110,79

Relativamente aos componentes do Activo, realça-se:

As disponibilidades e outras aplicações no exterior reflectem acréscimos de 2.062.082.496\$00 resultante, essencialmente, de aumento das disponibilidades e outras aplicações sobre o exterior. (aplicações por conta do Tesouro e disponibilidades da Cabo Verde Trust Found).

O crédito a não residentes apresenta decréscimo de 559.192.562\$00, justificado pelas amortizações feitas no período.

Igualmente o Crédito Interno no valor líquido de 6.554.921.171\$00 - expurgadas as provisões - apresenta uma contracção justificado pelas amortizações, também, efectuadas no período.

Imobilizado acusa acréscimo de 8.405.800\$00 devido a aumento, por um lado, de imobilizado corpóreo (aquisições na subrubrica equipamento) e, por outro, de imobilizações em curso (aquisição de imóvel e construções em andamento).

No passivo verifica-se :

Acréscimo da rubrica Notas e Moedas em Circulação de 200.583.492\$00, acusando um aumento de 4% em relação a 1997.

O acréscimo verificado nas responsabilidades para com residentes ME - Estado - de 2.983.755.048\$00 deve-se, essencialmente, ao registo da contrapartida dos depósitos da Cabo Verde Trust Found. Parcialmente, verifica-se, também incremento nos depósitos de instituições financeiras, tanto em ME como em MN.

A rubrica **Provisões**, agregado da situação líquida, apresenta um acréscimo de 369.664.722\$00 motivado pelo reforço de provisões para fazer face aos pagamentos de pensões de reforma e sobrevivência.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado do exercício do Banco reportado a Dezembro de 1998, encontra-se explicitado no mapa “**Demonstração de Resultados do Exercício**”, tendo atingido os 92.899.781\$09 positivos.

<b>CUSTOS E PERDAS</b>	<b>ANO 1998</b>	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>	<b>ANO 1998</b>
<b>JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS</b>	<b>13.979.796,00</b>	<b>JUROS E PROV. EQUIPARADOS</b>	<b>905.914.529,40</b>
Juros de Responsab. p/ com Exterior	4.253.218,00	De Operações com o Exterior	70.655.682,00
Juros de Responsab. p/com Residentes	9.726.578,00	De Financ.a Inst.Financ.do País	35.218.862,00
<b>COMISSÕES E OUT. CUSTOS BANCÁRIOS</b>	<b>1.647.264,00</b>	De Financiamento ao Estado	753.069.900,00
<b>PREJUÍZOS EM OPER. FINANCEIRAS</b>	<b>25.093.948,30</b>	De Títulos Nacionais	0,00
Prejuízos em Operações Cambiais	25.093.948,30	De outros juros	46.970.085,40
Prejuízos em Out. Operações Financeiras	0,00	<b>RENDIMENTOS DE TÍTULOS</b>	<b>0,00</b>
<b>GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>427.792.972,76</b>	<b>LUCROS EM OP. FINANCEIRAS</b>	<b>111.595.313,77</b>
<b>Custos com Pessoal</b>	<b>371.841.705,76</b>	Lucros em operações cambiais	109.872.704,77
Remunerações	104.506.086,00	Lucros em operações financeiras	1.722.609,00
Encargos Sociais	261.781.619,76	<b>COMIS. E O. PROV. LUCROS</b>	<b>22.916.784,40</b>
Outros Custos com Pessoal	5.554.000,00	<b>REPOSIÇÃO DE PROVISÕES</b>	<b>145.219.699,00</b>
<b>Fornecimentos e serviços de terceiros</b>	<b>55.951.267,00</b>		
Fornecimentos de Terceiros	8.033.288,00		
Serviços de Terceiros	47.917.979,00		
<b>CUSTOS C/EMIÇÃO AMORTIZ. NOTAS</b>	<b>14.300.196,00</b>		
<b>OUTROS CUSTOS E PREJUÍZOS</b>	<b>5.610.215,00</b>		
<b>AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>32.785.260,00</b>		
<b>PROVISÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>691.823.699,00</b>		
Para activos sobre o exterior	502.823.699,00		
Para riscos diversos	0,00		
<b>TOTAL DE CUSTOS</b>	<b>1.213.033.351,06</b>	<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>1.185.646.326,57</b>
<b>PERDAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>323.475.344,82</b>	<b>GANHOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>443.762.150,40</b>
<b>TOTAL CUSTOS E PERDAS</b>	<b>1.536.508.695,88</b>	<b>TOTAL PROVEITOS E GANHOS</b>	<b>1.629.408.476,97</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>92.899.781,09</b>		

## **ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO**

O quadro “**RESULTADOS – SÍNTESE COMPARATIVA**” reflecte a evolução das principais componentes da demonstração de resultados entre 1997 e 1998.

No exercício de 1998 encontrou-se um resultado de 92.900.781\$09 positivos, comparados ao resultado anterior de 24.494.033\$24 constata-se um aumento no valor de 68.405.747\$85.

No tocante aos proveitos e ganhos salienta-se as seguintes variações:

⇒ Juros e Proveitos Equiparados, constata-se acréscimo no valor de 47.684.162\$00, resultante, principalmente, do aumento verificado nos juros de Financiamento ao Estado (negociação BCV/Tesouro) e de Créditos e Outros Activos de Natureza comercial.

⇒ Lucros em Operações Financeiras, verifica-se acréscimo em cerca de 20.777.005\$00, derivados de aumento de lucros cambiais de Depósitos à Ordem no estrangeiro, justificado pela valorização do dólar no mercado, em relação ao ano anterior.

⇒ Comissões e Outros Proveitos e Lucros, evidencia acréscimo de 21.064.623\$00, motivado por aumento de reembolso de despesas, Receitas provenientes da actividade da Supervisão Bancária e Proveitos e lucros diversos.

⇒ A Reposição de Provisões no valor de cerca de 145.219.699\$00 resulta da anulação de excesso de provisão para Activos sobre o exterior - Empréstimos m/l prazos não residentes vencidos – ME.

No que diz respeito aos custos e perdas, verifica-se:

⇒ Juros e Custos equiparados, constata-se variação negativa no valor de 10.204.245\$00 derivado de redução de juros de Responsabilidade para com residentes, Estado (IDA – Linha de Crédito à Indústria e ao Transporte).

⇒ Gastos Gerais Administrativos, evidencia acréscimo de 61.972.220\$00 provenientes essencialmente de aumento de Custos com Pessoal relativos a encargos sociais, principalmente, contribuição para pensão, cujo a provisão foi reforçada.(Vidé comentário do Balanço, Passivo – provisões).

⇒ Provisões do Exercício constata-se acréscimo considerável de 283.327.364\$00 provenientes de reforço de provisões para créditos de natureza comercial (URC).



## RESULTADOS - SINTESE COMPARATIVA

DESIGNAÇÃO	DEZEMBRO/98	DEZEMBRO/97	VARIAÇÃO
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
<b>PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1.185.646.326,57</b>	<b>950.901.836,02</b>	<b>234.744.490,55</b>
Juros e Proveitos Equiparados	905.914.529,40	858.230.366,95	47.684.162,45
Lucros em Operações Financeiras	111.595.313,77	90.818.308,07	20.777.005,70
Comissões e Outros Prov. e Lucros	22.916.784,40	1.853.161,00	21.063.623,40
Reposição de Provisões	145.219.699,00	0,00	145.219.699,00
<b>GANHOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>443.762.150,40</b>	<b>16.703.426,03</b>	<b>427.058.724,37</b>
<b>1 – TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS</b>	<b>1.629.408.476,97</b>	<b>967.605.262,05</b>	<b>661.803.214,92</b>
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
<b>CUSTOS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1.213.033.351,06</b>	<b>898.442.721,57</b>	<b>314.590.629,49</b>
Juros e Custos Equiparados	13.979.796,00	24.184.041,00	-10.204.245,00
Comissões e Out. Custos Bancários	1.647.264,00	1.653.140,00	-5.876,00
Prejuízos em Operações Financeiras	25.093.948,30	37.780.270,50	-12.686.322,20
<b>Gastos Gerais Administrativos</b>	<b>427.792.972,76</b>	<b>365.820.752,10</b>	<b>61.972.220,66</b>
<b>Custos com Pessoal</b>	<b>371.841.705,76</b>	<b>302.074.005,30</b>	<b>69.767.700,46</b>
Remunerações	104.506.086,00	103.348.834,00	1.157.252,00
Encargos sociais	261.781.619,76	194.776.879,30	67.004.740,46
Outros Custos c/ Pessoal	5.554.000,00	3.948.292,00	1.605.708,00
Serviços de Terceiros	47.917.979,00	55.580.344,40	-7.662.365,40
Fornecimentos de Terceiros	8.033.288,00	8.166.402,40	-133.114,40
Custos C/Emissão e Amort.de Notas	14.300.196,00	16.323.781,00	-2.023.585,00
Outros Custos e Prejuízos	5.610.215,00	4.003.084,00	1.607.131,00
Amortizações do Exercício	32.785.260,00	40.181.318,80	-7.396.058,80
Provisões do Exercício	691.823.699,00	408.496.334,17	283.327.364,83
<b>PERDAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>323.475.344,82</b>	<b>44.668.507,24</b>	<b>278.806.837,58</b>
<b>2 – TOTAL DE CUSTOS E PERDAS</b>	<b>1.536.508.695,88</b>	<b>943.111.228,81</b>	<b>593.397.467,07</b>
<b>RESULTADO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>-27.387.024,49</b>	<b>52.459.114,45</b>	<b>-79.846.138,94</b>
<b>(1-2) – RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>92.899.781,09</b>	<b>24.494.033,24</b>	<b>68.405.747,85</b>

*O Conselho de Administração:*

**GOVERNADOR**

*Oswaldo Miguel Sequeira*

**VICE-GOVERNADOR**

*António Hilário da Cruz*

**ADMINISTRADORES**

Vasco Pedro Monteiro Marta

Maria Encarnação Alves Rocha